

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO RIO GRANDE DO SUL
UNIDADE UNIVERSITÁRIA DE PORTO ALEGRE
CURSO SUPERIOR DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

VITÓRIA ARAUJO KUSIAK

A INTERDISCIPLINARIDADE NOS CURSOS DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
NA AMÉRICA LATINA: UMA ANÁLISE COMPARADA ENTRE CHILE E PERU

Porto Alegre

2020

VITÓRIA ARAUJO KUSIAK

A INTERDISCIPLINARIDADE NOS CURSOS DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
NA AMÉRICA LATINA: UMA ANÁLISE COMPARADA ENTRE CHILE E PERU

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
na Universidade Estadual do Rio Grande do
Sul como o requisito para a obtenção do título
bacharela em Administração Pública

Orientador: Dr. Celmar Correa de Oliveira

Co-orientador: Dr. Carlos Honorato Schuch
Santos

PORTO ALEGRE

2020

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

K97i Kusiak, Vitória Araujo

A interdisciplinaridade nos cursos de Administração Pública na América Latina: uma análise comparada entre Chile e Peru / Vitória Araujo Kusiak. – Porto Alegre, 2020.

62 f.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) – Universidade Estadual do Rio Grande do Sul, Curso de Administração: Gestão Pública, Unidade em Porto Alegre, 2020.

Orientador: Prof. Dr. Celmar Correa de Oliveira.

Coorientador: Prof. Dr. Carlos Honorato Schuch Santos.

1. Administração Pública. 2. Interdisciplinaridade. 3. Formação do gestor. I. Oliveira, Celmar Correa de. II. Santos, Carlos Honorato Schuch. III. Título.

VITÓRIA ARAUJO KUSIAK

A INTERDISCIPLINARIDADE NOS CURSOS DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
NA AMÉRICA LATINA: UMA ANÁLISE COMPARADA ENTRE CHILE E PERU

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
na Universidade Estadual do Rio Grande do
Sul como o requisito para a obtenção do título
bacharela em Administração Pública

Orientador: Dr. Celmar Correa de Oliveira

Co-orientador: Dr. Carlos Honorato Schuch
Santos

Aprovado em: 10/12/2019

BANCA EXAMINADORA

Orientador: Prof. Dr. Celmar Correa de Oliveira
Universidade Estadual do Rio Grande do Sul

Prof^a. Dra. Valquíria Pezzi Parode
Universidade Estadual do Rio Grande do Sul

Prof. Dr. Mauro Mastella
Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre

PORTO ALEGRE

2020

AGRADECIMENTOS

O desenvolvimento deste trabalho não seria possível sem esforço e dedicação, mas para que fosse possível chegar até aqui foi necessário muita luta e o auxílio de pessoas queridas que marcam de maneira direta ou indireta minha trajetória. Antes de começar a agradecer, creio que nesse parágrafo tenho o dever de cumprir meu papel social como cidadã e futura gestora pública. O ingresso na Universidade Pública me marcou de maneira profunda e foi muito significativo para o meu desenvolvimento e amadurecimento, tudo isso foi possível graças ao esforço pessoal, mas isso também se deve a um momento único na trajetória do nosso país. Esse momento único na nossa história começa no ano de 2003, no qual, as Políticas Públicas desempenham um papel fundamental e impulsionador no cenário brasileiro. A aplicação de um modelo redistributivo de renda, o incremento nas políticas sociais, as cotas e o investimento maciço na educação e em outras esferas oportunizou jovens oriundos de famílias pobres, da periferia, negros, e tantas outras populações ter a oportunidade de concretizar e realizar um sonho, o ingresso na Universidade Pública. O Brasil começou a reescrever a sua história oportunizando esses jovens sonhar e pensar um futuro melhor para sua nação. Eu sou oriunda desses programas, e como futura Administradora Pública vejo que as Políticas Públicas desempenham um papel fundamental para a sociedade, podendo muitas vezes mudar o futuro dos jovens. Por isso, deixo essa mensagem aos jovens que enfrentam os mesmos desafios que eu, e são oriundos da mesma classe: Não desistam, lutem por uma nova utopia, lutem pelos seus sonhos e ajudem a construir uma história diferente para nosso país.

Agradeço primeiramente a minha mãe Mara Araujo, pelo auxílio durante todos esses anos nos meus estudos.

Agradeço aos meus orientadores Professores Dr. Celmar Correa de Oliveira e Professor Dr. Carlos Honorato. A minha banca, Professora Dra. Valquíria e Professor Dr. Mauro Mastella. As Professoras Caroline e Adriana Leal, pelo conhecimento compartilhado e a Paola Canepa pela oportunidade trabalharmos juntas na extensão.

Agradeço ao meu companheiro Diego Rodrigues de Oliveira, por todo o aprendizado que construímos juntos nesses dois anos, como colegas, amigo(a), namorado(a). Obrigada por tudo, pelos livros, debates e discussões teóricas infundáveis, eventos e palestras. Tivemos erros e acertos, mas com certeza essa história é só nossa, e eu tenho orgulho de ver o quanto crescemos e melhoramos.

Agradeço ao meu colega de pesquisa e amigo Luis Henrique por compartilhar comigo seu conhecimento e me auxiliar no meu envolvimento com a pesquisa acadêmica. A todas as minhas amigas(os), colegas(os) que estiveram presente e contribuíram para o meu crescimento acadêmico meu muito obrigada!

A história que nos interpela. Não para nos dar um destino no prescrito, inelutável.
Mas para nos chamar a decidir sobre o destino que queremos ser

(O Brasil como Problema – Darcy Ribeiro.)

Por um mundo onde sejamos socialmente iguais, humanamente diferentes e
totalmente livres.

Rosa Luxemburgo

RESUMO

A Administração Pública (AP), especialmente na América Latina, tem apresentando algumas limitações na oferta de serviços e resultados compatíveis com as necessidades das sociedades. A prestação de serviços públicos em um Estado Democrático de Direito (EDD) implica atuar com eficiência e eficácia. As Políticas Públicas, os programas e as ações estatais, devem, em tese, contribuir para um impacto positivo em questões sociais e econômicas. Os diferentes modelos de Estado que foram adotados ao longo do processo histórico da América Latina influenciaram na forma como foi organizada a estrutura da Administração Pública e suas instituições. Neste sentido, o setor público na América Latina está composto por singularidades e especificidades únicas marcadas pelo seu processo histórico de formação. Para que todas essas características únicas e singulares desse continente sejam respeitadas e repensadas se torna necessário uma educação e formação interdisciplinar para os seus gestores. Com isso, a oferta de cursos em Administração Pública se torna fundamental, pois ela contribui para a formação de profissionais capacitados e que possam repensar a estrutura de Estado e os paradigmas existentes. Nesta perspectiva, esse trabalho tem como objetivo analisar a presença da interdisciplinaridade nos cursos de Administração Pública no países, Chile e Peru. Os gestores públicos são atores importantes no processo de planejamento e implementação de Políticas Públicas (PP), seja de maneira direta, indireta, reguladora ou controladora. Por isso, para que exista um desempenho eficaz por parte do setor público e que atenda as reais necessidades que a sociedade anseia torna-se fundamental proporcionar aos seus gestores uma formação sólida e interdisciplinar.

Palavras chaves: Administração Pública. Interdisciplinaridade. Formação do Gestor.

RESUMEN

La Administración Pública (AP), especialmente en América Latina, ha mostrado algunas limitaciones en la provisión de servicios y resultados compatibles con las necesidades de las sociedades. Brindar servicios públicos en un Estado de derecho democrático (EDD) implica actuar de manera eficiente y efectiva. Las políticas públicas, los programas y las acciones estatales deberían, en teoría, contribuir a un impacto positivo en los problemas sociales y económicos. Los diferentes modelos estatales que se adoptaron a lo largo del proceso histórico de América Latina influyeron en la forma en que se organizó la estructura de la Administración Pública y sus instituciones. En este sentido, el sector público en América Latina está compuesto de singularidades y especificidades únicas marcadas por su proceso histórico de formación. Para que todas estas características únicas y únicas de este continente sean respetadas y repensadas, se requiere una educación y capacitación interdisciplinarias para sus gerentes. Por lo tanto, la oferta de cursos en Administración Pública se vuelve esencial, ya que contribuye a la formación de profesionales calificados que pueden repensar la estructura estatal y los paradigmas existentes. En esta perspectiva, este trabajo tiene como objetivo analizar la presencia de interdisciplinariedad en los cursos de administración pública en los países, Chile y Perú. Los gerentes públicos son actores importantes en el proceso de planificación e implementación de Políticas Públicas (PP), ya sean correctas, indirectas, regulatorias o de control. Por lo tanto, para un desempeño efectivo del sector público y para satisfacer las necesidades reales que la sociedad anhela, es esencial proporcionar a sus gerentes una capacitación sólida e interdisciplinaria.

Palabras clave: Administración Pública; Interdisciplinariedad; Formación del gerente público.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	8
2	QUESTÃO DE PESQUISA E OBJETIVOS	11
3	OBJETIVOS.....	11
3.1	OBJETIVO GERAL.....	11
3.2	OBJETIVOS ESPECÍFICOS.....	11
4	JUSTIFICATIVA.....	12
5	REFERENCIAL TEÓRICO.....	14
5.1	ESTADO E SOCIEDADE.....	14
5.2	POLÍTICAS PÚBLICAS	25
5.3	INTERDISCIPLINARIDADE	33
6	METODOLOGIA	39
6.1	MODELO TEÓRICO DE ANÁLISE	43
7	RESULTADOS E DISCUSSÃO.....	46
7.1	ANÁLISE DOS CURSOS DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA CHILE.....	47
7.2	ANÁLISE DOS CURSOS DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA PERU.....	51
8	CONSIDERAÇÕES FINAIS	52

1 INTRODUÇÃO

Os Estados da América Latina (AL) se tornaram independentes quando deixaram de ser colônias dos países ibéricos. A quebra da dependência política foi efetivada, mas a ruptura com o sistema econômico agroexportador existente da época não foi realizada e as estruturas continuaram dependentes da Europa. Os conflitos decorrentes do processo de rompimento tiveram cada um sua singularidade e proporção levando características distintas para formação dos Estados. Dentre as diferenças dos Estados nascentes destaca-se a unidade mantida pela antiga colônia portuguesa, enquanto a espanhola se fragmentou em diferentes Estados. Uma das singularidades e característica comum em toda a AL é que a construção do Estado foi anterior a formação das diferentes “nações”. Neste sentido, destaca-se o emblemático caso brasileiro, que possuía uma corte, sem que houvesse uma estrutura nacional organizada propiciasse a sua sustentação. Outra característica comum na região da AL foi o patrimonialismo no seio dos Estados. Este Estado patrimonialista foi tão forte na fase inicial que se perpetuou, parte dele, quando, por exemplo, houve a emergência do Estado burocrático na região.

As arquiteturas de Estado presentes na AL encontram, ainda hoje, dificuldades de se reorganizar de maneira eficiente, o que implica direta ou indiretamente na estrutura do setor público e influi no desempenho da Administração Pública (AP). A fase patrimonialista ainda se manifesta como um paradigma a ser rompido na AP, e isso influencia de maneira significativa o setor público, que ainda precisa lidar com os estigmas desta estrutura.

O cenário atual, marcado por mudanças e rupturas na forma como sistema capitalista está organizado, exige uma atuação cada vez mais efetiva por parte do Estado. A globalização, e as inovações tecnológicas tornaram, teoricamente, o acesso à informação mais acessível à população, o que influi e impacta no modo como a sociedade vê e enxerga a atuação do Estado e das Instituições Públicas. A sociedade, hoje, está cada vez mais crítica e consciente de seus direitos, e por isso, questiona a eficiência do serviço público e a qualidade de sua prestação. O crescente endividamento dos Estados, a crise

econômica que abala o cenário mundial desde 2008, e os problemas sociais de ordem complexa são fatores que legitimam as críticas por parte da sociedade. O setor público enfrenta problemas que derivam de diversas áreas. Neste sentido, a abordagem interdisciplinar pode, em tese, auxiliar a traçar estratégias para solucionar tais barreiras.

A Administração Pública (AP) desempenha um papel fundamental no Estado Democrático de Direito (EDD). Ela é um meio utilizado para a efetivação das Políticas Públicas (PP) que por sua vez tem como objetivo atender as demandas reais e potenciais da sociedade. Desta forma, pode-se estabelecer uma relação entre: Administração Pública (AP); Estado (E); Políticas Públicas (PP); e Sociedade (S). Diversas podem ser as relações entre estes entes e organizações. As arquiteturas dos Estados e as características culturais da Sociedade seguramente são elementos importantes não só na formação da Administração Pública e das Políticas Públicas como também são importantes no estabelecimento das relações entre os quatro elementos (E,S, AP e PP).

Para que se consiga superar os diferentes entraves que, de alguma forma, dificultou o crescimento e o desenvolvimento (econômico, social, político, ambiental,...) da região é fundamental que a educação, de uma forma geral, e a formação dos gestores públicos, em particular, seja baseada na interdisciplinariedade, dado a complexidade dos problemas da área. Neste sentido esta pesquisa irá refletir sobre a formação do gestor público no contexto da América Latina. O referencial teórico busca fazer uma discussão sobre os eixos: Estado e Sociedade, Políticas Públicas e Interdisciplinaridade e propor uma reflexão sobre como essas áreas se interligam e são necessárias para a compreensão do setor público.

Para tanto, o problema de pesquisa que sustenta o presente trabalho é: a interdisciplinaridade está presente e de forma suficiente nos programas universitários latino americanos que formam os gestores públicos? Para responder parcial e provisoriamente esta questão, o objetivo do trabalho é: analisar a inserção da interdisciplinaridade nos cursos de graduação de Administração Pública (AP) em ensino superior da América Latina (AL). Os países

que foram escolhidos como objeto do experimento foram: Chile e Peru. Os referidos países foram escolhidos por conveniência e o que, de alguma forma, pesou nesta escolha foi a diferença entre eles quanto aos estágios de desenvolvimento atuais. O método utilizado para a sustentação desta proposta foi revisão bibliográfica e documental. Foram trabalhados e analisados os conceitos que fornecem fundamentação teórica e contribuem para a sustentação da pesquisa.

2 QUESTÃO DE PESQUISA E OBJETIVO

O presente trabalho apoia-se na seguinte questão de pesquisa: “A Interdisciplinaridade está presente e de forma suficiente nos programas universitários latino americanos que formam os gestores públicos?”

1 OBJETIVOS

Nesta seção serão apresentados os objetivos deste trabalho.

1.1 OBJETIVO GERAL

Para responder de forma parcial esta questão, o objetivo geral é: analisar a inserção da interdisciplinaridade nos componentes curriculares dos cursos de graduação de Administração Pública (AP) da América Latina (AL), especificamente os cursos superiores dos países Chile e Peru.

1.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Para atingir o objetivo geral, os objetivos específicos do trabalho são:

OE 1: Descrever os critérios de inserção da interdisciplinaridade;

OE 2: Identificar as instituições de ensino para se estabelecer os universos que servirão como amostra para a AL na pesquisa; e

OE 3: Avaliar os critérios de inserção da interdisciplinaridade na instituição de ensino previamente identificadas e descritas

2 JUSTIFICATIVA

A estrutura da Administração Pública (AP), especialmente a presente na América Latina, tem apresentado resultados insuficientes em relação com aqueles esperados pela sociedade. Com isso, se faz necessário uma reflexão sobre o que tem contribuído para tais resultados. A AP é responsável pela formulação, implementação e execução das Políticas Públicas (PP) que impactam direta ou indiretamente a população. O gestor público configura-se como ator relevante neste processo, pois ele é um dos responsáveis por propor estratégias na solução dos problemas complexos que o setor público enfrenta. Exige-se, que o gestor possua competências amplas e não apenas um domínio técnico sobre as ferramentas de planejamento e gestão. O processo de elaboração de PP é complexo e requer o conhecimento baseado na formação interdisciplinar que leve em conta aspectos das mais diferentes áreas como sociologia, administração, direito, filosofia política, economia e etc. Com a interligação dessas áreas é possível formar o arcabouço instrumental capaz de dar conta de um número maior de variáveis que afetam tanto a parte de elaboração, implementação e controle. Na sequência, implementar as referidas PP exige do gestor e das organizações, também, uma interdisciplinaridade para que eles consigam dialogar, agir estrategicamente e ser efetivo com os diferentes atores sociais e “*stakeholder*”¹ envolvidos no processo.

A interdisciplinaridade é uma proposta de integração de diferentes conteúdos, ciências e saberes que se interligam. Se forem explorados de maneira efetiva, podem promover a solução para diferentes problemas da sociedade. A interdisciplinaridade possui a capacidade, em tese, de auxiliar o setor público para que seja possível se ter um desempenho eficiente, eficaz, e, principalmente, efetivo. A efetividade é um dos pontos primordiais a ser considerado quando se pensa em analisar o desempenho da Administração Pública, e se a mesma,

¹O termo Stakeholder significa partes interessadas, ou seja, os diferentes entes interessados no processo decisório, que o compõem diretamente ou indiretamente.

utilizando-se do aparato estatal, consegue atingir os propósitos de atuação que foram delimitados para ela.

Neste sentido, a interdisciplinaridade, quando trabalhada de maneira adequada nos cursos de Administração Pública pode, teoricamente, ser um instrumento que auxilia na formação dos gestores, bem como auxiliar na solução de problemas cada vez mais complexos que o setor público enfrenta. A prestação de serviços públicos inclui um alinhamento estratégico entre Estado (E), Políticas Públicas (PP), Administração Pública (AP) e Sociedade (S), sendo o gestor público o responsável por auxiliar no desenho de PP e na execução da mesma.

A proposta dessa pesquisa é realizar uma contribuição para o Campo de Públicas, que ainda carece de publicações sistêmicas e está procurando consolidar a sua área de atuação. A relevância do estudo se dá pela relativa baixa produção acadêmica sobre a temática, e tem como intuito trazer à tona a discussão sobre como a formação interdisciplinar do gestor público pode impactar na Administração Pública (AP).

3 REFERENCIAL TEÓRICO

A proposta deste capítulo é uma discussão sobre a relação existente entre Estado, Políticas Públicas (PP) e Administração Pública (AP). O método utilizado para a sustentação desta proposta foi revisão bibliográfica e documental. Foram trabalhados e analisados os conceitos que fornecem fundamentação teórica e contribuem para a sustentação da pesquisa. O primeiro discute a temática Estado e Sociedade buscando esclarecer a relação existente entre estes dois elementos e como a atuação do Estado impacta a Sociedade. O segundo eixo tem como proposta discutir os aspectos conceituais sobre a temática das Políticas Públicas (PP), o papel das mesmas no Estado Democrático de Direito e a sua relevância. O terceiro busca discutir a temática da interdisciplinaridade e está pode, teoricamente, auxiliar na formação do gestor público.

5.1 ESTADO E SOCIEDADE

A América Latina apresenta certas peculiaridades e limitações no que tange a modelos e configurações de Estado. Um dos motivos que pode ser usado para explicar tais singularidades é a análise do processo histórico latino-americano que apresenta a concentração fundiária, econômica, baixo nível educacional e a relação de dependência com mercado externo. Essas singularidades marcaram a formação e configuração dos Estados Nacionais da AL que se tornou dependente do mercado externo. O continente Latino Americano durante um período, optou, pelo desenvolvimento de uma economia agroexportadora. Uma das consequências desse modelo agroexportador foi a não criação ou o enfraquecimento do mercado interno impossibilitando que a economia da região se desenvolvesse de forma mais robusta. (GALEANO, 2010; PEREIRA 2016).

A singularidade colonizadora presente no continente latino americano marcou profundamente a forma como a sociedade regional e local se constituiu, deixando estigmas e uma cultura peculiar. Isso se refletiu na maneira como foram organizadas as instituições públicas, o mercado interno e a sua economia. Dallari (2016), afirma que os elementos constitutivos de um Estado são: território,

soberania e povo (ou nação). Em uma nação que foi por um longo período explorada e colonizada se torna difícil avançar e romper com um modelo estrutural que ficou vigente por anos. Para a construção de uma nação é importante que exista por parte do povo um sentimento de cidadania e pertencimento a realidade e isso se torna difícil quando o território é explorado e comercializado. Holanda (2013, p.1) afirma que a herança trazida pela nação Ibérica: Espanha e Portugal foi desfavorável para o continente, pois implementar a “cultura de países distantes de nossas formas de convívio, nossas instituições, nossas ideias, e manter isso num ambiente muitas vezes desfavorável e hostil” contribui para que exista um sentimento de afastamento da nação sobre sua origem.

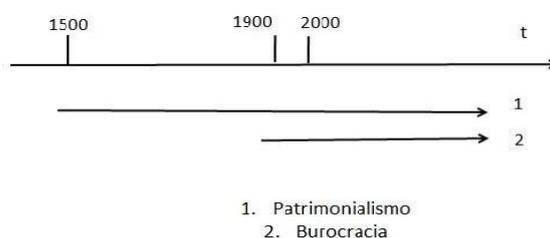
A independência dos países da América Latina permitiu aos mesmos criar e reorganizar sua estrutura de Estado e Governo. Uma das limitações que impediu os Estados se desenvolverem de maneira mais organizada foi fase patrimonialista que foi se perpetuando por diversos séculos. O patrimonialismo apresenta estigmas como o “clientelismo” que é caracterizado pela troca de favores, contribuindo para que exista no aparato estatal e de governo um sistema de dominação e corrupção nas relações administrativas. (Weber,1964).O patrimonialismo pode ser considerado um fenômeno de captura do Estado. Ele representa um domínio de atores que se apropriam do aparato estatal em benefício individual para atender os seus próprios fins. Para Faoro (2012, p.87):

“[...] o patrimonialismo, organização política básica, fecha-se sobre si próprio com o estamento, de caráter marcadamente burocrático. Burocracia não no sentido moderno, como aparelhamento racional, mas da apropriação do cargo — o cargo carregado de poder próprio”.

O patrimonialismo constituiu uma apropriação das estruturas burocráticas do Estado para interesses particulares e de terceiros. Na fase patrimonialista não existia uma definição clara, compartilhada e específica de qual modelo de Estado era o mais apropriado para o seu contexto. O patrimonialismo, que foi hegemônico por um longo período, e ainda hoje se faz presente tanto na

cultura como na estrutura formal do próprio Estado, apesar do seu marco legal fortemente burocrático. (Figura 1).

Figura 1. Herança Patrimonialista



Elaborado por Autora (2019).

Neste sentido, era necessário e ainda é importante que seja realizada uma reforma estrutural que congregue os eixos econômicos, administrativos de Estado e governo para romper com o resquício patrimonial que ainda apresenta. Para que isso ocorra de maneira efetiva, se faz necessário que o Estado seja um impulsionador desse processo, aproveitando os cenários favoráveis que se apresentam. A AL aproveitou os “*booms*” das *commodities* agrícolas que auxiliaram no seu crescimento econômico. No entanto, isso não foi aproveitado de maneira efetiva para promover o desenvolvimento em áreas que seriam estratégicas e fundamentais como: educação, política, indústria e economia. Para Albernaz e Azevedo (2011, p.4), isto pode ser explicado pelas diferentes linhas teóricas que explicam, cada uma a sua maneira, as características singulares do continente latino americano, são elas:

[...] i) aquelas teorias que advogam que a desigualdade no continente latino-americano é o reflexo de uma modernização precária e mal sucedida, haja vista ter sido ela dificultada por aspectos pré-modernos próprios da cultura ibérica – como o paternalismo, o

familialismo, o personalismo, o patrimonialismo, o Estado centralizador, a corrupção –, aspectos que acabaram por desvirtuar o imanente potencial igualitário e libertário da modernização e, assim, configuraram uma modernização discriminatória e excludente; ii) aquelas que, assumindo uma perspectiva crítica latino-americana, acusam que a desigualdade foi agravada, justamente, por uma transplantação cega dos processos e dos princípios de modernização europeus, o que tornou essa modernização artificial e inadequada aos problemas e condições dos povos latino-americanos. Para a segunda corrente teórica crítica, o projeto de modernização pensado para a América Latina acabou se estabelecendo por sobre condições a ele contraditórias, tais como: (1) um modo de exploração colonial feito pela e para a metrópole; (2) uma relação de trabalho de tipo escravocrata, vigente em muitos dos países latino-americanos por longos séculos.

As diferentes linhas teóricas existentes explicam cada uma da sua forma as origens e problemas existentes na AL. Algumas correntes teóricas explicam que o atraso existente no continente Latino Americano se deu por uma conveniência e oportunidade, e por um jogo de interesses de cunho político e econômico seria interessante barrar o crescimento e desenvolvimento dos países periféricos, tornando-os dependentes das economias centrais. Esse processo seria fácil de ser desenvolvido, visto que, os Estados Latinos Americanos ainda se encontravam num processo de organização inicial e ainda não tinham se estruturado economicamente e politicamente. (GALEANO, 2010; RIBEIRO, 1986).

Outras teorias explicam que o subdesenvolvimento da AL se deu pela ausência de uma revolução capitalista² que modificasse a estrutura econômica local e impulsionasse o crescimento econômico da região. Essa corrente teórica afirma que a economia dos países periféricos se desenvolveria por meio de ciclos agroexportadores que permitiriam um crescimento econômico considerável dos países Latino Americanos. Neste sentido, para essa linha teórica o atraso e

2O termo revolução capitalista é utilizado pelo autor Luiz Carlos Bresser Pereira e refere-se a um processo de desenvolvimento econômico. Nesse processo ocorreria uma acumulação de capital e uma incorporação no progresso, por meio dessa acumulação o capital seria revestido gerando riqueza para a região e impulsionando a economia do país.

subdesenvolvimento na AL se dá pela forma como foi estruturado o modelo econômico, que é focalizado na economia externa por meio de exportações. Para mudar a estrutura vigente no continente seria necessário realizar reformas estruturais que permitissem o continente latino americano incorporarem-se as novas economias centrais. (PEREIRA, 2016).

Nesta perspectiva, verifica-se que a América Latina foi estruturada em um contexto diferenciado das economias e organizações públicas dos demais países, dadas às especificidades presentes no continente. Com o intuito de dirimir as lacunas existentes foram propostos diferentes modelos de Estado e mudanças administrativas. As reformas tinham como objetivo “modernizar” e organizar o aparelho do Estado, propondo estratégias, princípios e métodos.

A primeira reforma que foi realizada pela AP foi à adoção do modelo burocrático. Ele auxiliou na criação de um aparato estatal baseado em princípios que foram fundamentais para estruturar a Administração Pública na América Latina. O modelo burocrático de Weber (1978) fundamenta-se em alguns aspectos, são eles: o formalismo, (as funções são definidas em uma hierarquia administrativa); a impessoalidade (as ações são isentas de considerações pessoais); e o profissionalismo (o trabalho é realizado por meio de profissionais que ocupam cargos). Esse modelo foi fundamental para o desenvolvimento e amadurecimento da AP, pois, no modelo patrimonial o que ocorria era uma disfunção das atividades burocráticas para interesse particulares por parte dos atores sociais que participavam do processo. A burocracia oficial também teve suas limitações e rapidamente se transformou em burocratismo, pois minimizou a importância dos objetivos a serem atingidos pelo aparato burocrático e supervalorizou os processos que, teoricamente, mantêm a estrutura de poder. Pode-se destacar que um dos pontos positivos que o modelo burocrático trouxe foi à impessoalidade nos processos, que foi necessária para tentar eliminar as

ações que eram voltadas para interesses particulares, e direcionar as ações estatais e administrativas para o interesse público³.

O modelo Burocrático foi um importante marco para as instituições públicas. Ele não conseguiu eliminar de maneira efetiva os estigmas patrimoniais existentes no setor público. Contudo ele foi fundamental na estruturação de diversos órgãos públicos que passaram adotar regras e normas que eram necessárias para a sua estruturação interna. O modelo de Estado Burocrático⁴ se coaduna com o Desenvolvimentismo⁵ que foi uma estrutura econômica que ampliou as estruturas administrativas estatais, com uma intervenção e regulação forte na economia. O desenvolvimentismo adotado na América Latina tinha como proposta promover a ampliação do parque industrial da região e seu intuito era fomentar a criação de empregos e geração de renda.

3O termo Interesse Público no âmbito jurídico é definido como ações políticas administrativas desempenhadas pelo Estado que devem ser voltadas para o bem comum e interesse do povo. Neste sentido, o Estado e a Administração Pública deveriam desenvolver ações e programas voltados para atender as necessidades da sociedade, como por exemplo, saúde e educação. Antes do marco legal burocrático existia um fenômeno de captura de interesses por parte de atores sociais, (organizações, políticos e empresas) que se utilizavam do aparato estatal, e exerciam uma influência nas instituições públicas para conseguir benefícios pessoais, contrariando assim o interesse coletivo. Esse fenômeno na literatura foi descrito e conceituado por alguns autores por apresenta estigmas como: Clientelismo.

4Modelo Burocrático de Estado refere-se ao modelo administrativo que o setor público adota no período. Antes do modelo burocrático existiam instituições públicas que funcionavam sem uma “padronização em termos de normas e procedimentos”. Com a adoção do modelo burocrático a Administração Pública passa adotar regras e um padrão no desempenho de suas funções. Apesar de existir leis que criavam e instituíam os órgãos públicos, é com a adoção do modelo burocrático, que se começa a reorganizar a máquina pública, instituindo concursos, promoção e relações de caráter impessoal. O Estado passa a ter um modelo “padrão” que alinha como os processos devem ser desenvolvidos e organizados na esfera pública.

5 O desenvolvimentismo foi um modelo econômico adotado por alguns países na América Latina. Salienta-se que o modelo burocrático em alguns países foi adotado antes que o modelo desenvolvimentista tivesse seu “boom” de expansão. O desenvolvimentismo é marcado pela criação de empresas públicas estatais, fundações e autarquias, ou seja, uma ampliação das estruturas da AP e do Estado. Alguns teóricos afirmam que o desenvolvimentismo ocorre no período de 1930-1970. Esse fenômeno apresenta uma forte regulação e intervenção na economia por parte do Estado, o objetivo era promover o desenvolvimento do mercado interno dos países, por meio da substituição de importações que estimularia a economia dos países periféricos auxiliando no seu processo de crescimento e desenvolvimento econômico. (Ramírez, 2009)

As reformas de Estado e da Administração Pública que ocorreram na América Latina durante o século XX, são esforços em melhorar o desempenho das organizações tanto em termos de eficiência, eficácia e efetividade ⁶. Esse fenômeno difere conforme o contexto de cada país e suas especificidades, no entanto, ainda é possível perceber que alguns países apresentam características semelhantes durante esse processo. Para Ramírez (2009, p.4), as reformas são explicadas por diferentes aspectos, ainda assim, existe certa semelhança entre países que passam por esse processo reformista que são:

O ponto de partida dessas reformas ocorre dentro da estrutura de situações nacionais muito diversas, mas que compartilham algumas características comuns, tais como: fragmentação, polarização e desigualdade que atravessa suas sociedades; a natureza da clientela do sistema político - além de seu caráter autoritário ou democrático; o caráter patrimonial das administrações públicas; um legalismo extremo, cuja contracara é a possibilidade de quebra e evasão permanente das regras para através de mecanismos de corrupção. (tradução da autora).

As reformas acontecem de maneira conjunta ou gradativa em alguns países. Elas ocorrem na Colômbia, Equador, Bolívia, Peru, Chile e posteriormente no Brasil, Argentina, Panamá e Paraguai. (Ramirez, 2009). Esse processo reformista e de estruturação seria uma tentativa para que os países periféricos se incorporassem nas economias centrais. Para que isso acontecesse de maneira adequada era necessário que existissem instituições e organizações estratégicas que pudessem auxiliar no planejamento e execução dos diversos programas, planos e ações que estavam sendo desenvolvidos. Desta forma, esse período é marcado pela ampliação das atividades estatais que se reflete na criação de

⁶ Existe uma diferença entre os termos Eficiência, Eficácia e Efetividade. A eficiência está relacionada ao desempenho adequado das atividades, cumprir de maneira adequadas as tarefas. A eficácia se relaciona a conclusão dos objetivos estabelecidos, atingindo algum propósito. Já efetividade indica se as metas e indicadores proposto tiveram algum impacto, seja eu positivo ou negativo. A efetividade mede o desempenho que se consegue obter com a aplicação de um programa ou projeto.

diversas empresas públicas estatais que desempenham um papel estratégico de promover o crescimento econômico, elas ocuparam o lugar de empresas estrangeiras ou de capital privado.

Com isso, a relação existente entre Estado e Sociedade durante as décadas de 1930 e 1970 no continente latino americano assume um caráter diferenciado. Pode-se definir que esse processo possui características como uma estratégia de desenvolvimento econômico por meio da indústria nacional, sendo que a industrialização foi fomentada pelo Estado Nacional e suas instituições e organizações públicas. A proposta era fomentar e promover o crescimento das economias periféricas para que fosse possível superar os diversos entraves (educacionais, econômicos e administrativos), decorrentes tanto do processo histórico como da formação colonizadora. Apesar de promover um crescimento considerável o cenário político da época influenciou de maneira significativa no percurso e permanência do modelo.

Os governos autoritários que se instalaram na AL durante as décadas de sessenta e setenta influenciaram a política econômica que teve um caráter distinto. As mudanças no cenário global e do próprio capitalismo contribuíram para que o modelo desenvolvimentista se tornar insustentável em alguns países. Não ocorre um rompimento total com o modelo desenvolvimentista, contudo acontece uma polarização de interesses distintos. Há um investimento maciço de capital estrangeiro em algumas regiões da AL, é o caso do Chile, que começa um processo de desestatização e privatização de alguns segmentos estatais, em contrapartida no Brasil o modelo desenvolvimentista segue vigente até o final da década de setenta e tem o seu término na década de oitenta com o enfraquecimento dos governos autoritários da época.

No contexto internacional os países desenvolvidos decidem romper com o modelo Keynesiano⁷ de intervenção na economia e buscam a solução com

⁷O modelo Keynesiano foi proposto pelo economista John Maynard Keynes. A teoria é contrária ao liberalismo econômico e propõem a intervenção do Estado na economia nacional, sendo ele um regulador e interventor que promove o acesso ao pleno emprego. A corrente teórica Keynesiana foi adotada durante a década de 1930 em alguns países, em decorrência da crise 1929 (Quebra da bolsa de Nova York) que comprometeu de maneira significativa como os

a adoção do modelo neoliberal⁸. Essas mudanças de paradigma existentes no contexto internacional se refletem na estrutura da AL. Se antes o Estado funcionava como um impulsionador e apoiador do processo de desenvolvimento agora ela passa a ser pensado de maneira diferente. As principais economias mundiais começam com o processo de reforma em seus aparelhos de Estados, como a Inglaterra que começa o processo de privatização de suas estatais.

No contexto institucional e político a América Latina durante esse período (final da década de 70 e início dos anos 80) começa o processo de redemocratização com o término dos regimes autoritários. A mudança de paradigma político se reflete em como são organizados os serviços e as funções do Estado. O capitalismo também entra em crise que foi resultante do choque de petróleo e afetou de maneira significativa a economia. Esses fatores foram condicionantes para que se pensasse em uma reforma no aparelho de Estado e nas instituições da América Latina, ele contribui também para a instauração de um novo modelo de gestão administrativa.

O neoliberalismo surge como novo modelo econômico que substitui o Estado Desenvolvimentista. Ele trouxe consigo a reforma do aparelho de Estado que contou com a adoção de um novo modelo administrativo para o setor público, o modelo gerencial. Esse novo fenômeno reformista trouxe como proposta a reformulação do aparelho do Estado e uma minimização de suas funções. O modelo neoliberal implementado tinha como ideal propor um Estado com funções mínimas e prestação de serviços primários para a sociedade como; saúde, educação e segurança. As demais funções deveriam ser prestadas por outras organizações e pelo mercado, diminuindo assim a atuação do aparato estatal nas demais esferas. Na perspectiva neoliberal o Estado teria ampliado muito a sua

mercados capitalistas se organizavam na época e se refletiu nas economias de diversos países. A corrente teórica de Keynes defendia que deveria existir uma intervenção por parte do Estado na economia, pois o mercado não poderia se auto organizar e regular sozinho. (Manual de Economia USP 2006)

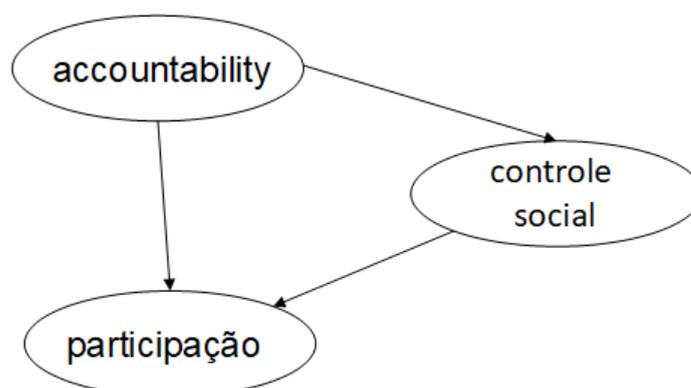
8O modelo neoliberal é uma nova forma de organização do Estado da própria economia. Ele propõe uma redução da atuação do Estado. Neste sentido caberia as esferas estatais promoverem e assegurarem funções mínimas como: educação, saúde e segurança.

participação na vida em sociedade, e em decorrência disso acabou ficando “inchado” se tornou uma organização muito ampla e difícil de administrar, o que resultou em diversos conflitos e se refletiu na sua atuação e prestação de serviços.

O modelo administrativo gerencial tinha como proposta trabalhar as questões que o setor público não conseguia desempenhar de maneira adequada. As organizações públicas apresentavam índices satisfatórios em termos de eficiência, porém em termos de eficácia e efetividade dos serviços públicos prestados ainda necessitavam aperfeiçoar e qualificar a sua prestação. O modelo gerencial é fruto da reforma estrangeira denominada *New Public Management* uma teoria propõe uma nova forma de organizar a gestão pública que seria uma “uma nova gestão pública”. O enfoque desse modelo é a aplicação de conhecimentos gerenciais desenvolvidos no setor privado que deveriam ser incorporados no setor público, pois contribuiriam para um melhor desempenho das suas funções e processos, em tese, isso se refletiria numa maior qualidade nos serviços prestados.

A reforma gerencial tinha como objetivo, aperfeiçoar os serviços públicos oferecidos pela AP. A proposta do mesmo é focar nos resultados que a Administração Pública deve dar a sociedade e aos problemas cada vez mais complexos que a mesma enfrenta. O gerencialismo vai se estabelecer em pilares como os 4 es: a) eficiência; b) eficácia; c) efetividade e d) economicidade por parte do Estado, além de se apoiar nos conceitos de accountability, controle social e participação. (Figura. 2).

Figura.2- Sistematização dos Conceitos do Gerencialismo



Fonte: Elaborado pela autora (2019).

Neste sentido, as arquiteturas dos Estados da AL estão apoiadas em combinação única, e que se modifica com o tempo, de componentes patrimonialistas, burocráticas, gerencialistas, etc. Os diferentes modelos que foram adotados tinham como proposta promover uma reforma administrativa que tornasse o funcionamento do Estado mais eficiente e pudesse limitar a influência patrimonialista característica marcante na AL. No entanto, nenhum dos diferentes modelos propostos conseguiu romper totalmente a cultura que o patrimonial existente na esfera das organizações públicas. Para que se consiga romper com uma prática que foi fortemente estruturada demanda não apenas uma nova concepção ou organização da máquina estatal, mas sim uma alteração na própria cultura nacional e organizacional.

Pode-se considerar que as reformas que foram realizadas no continente Latino Americano seguem a lógica do modelo “*top down*”⁹ de cima para baixo o que interfere de maneira considerável em como são organizados e estruturados os serviços públicos. A lógica desse modelo se dá com mudanças e transformações que são pensadas no nível estratégico, que no caso da administração pública, é pensando no nível do executivo e depois repassado aos demais órgãos e instâncias subordinadas a ele. Esse tipo de gestão quando executada dessa forma tende a apresentar algumas limitações, conflitos e assimetria de informações quando ocorre sua aplicação. Além disso, a sociedade que é a principal interessada em usufruir e adquirir os bens e serviços públicos não participa durante o processo de tomada de decisão. O gestor público que é o ator que desempenha um papel fundamental nesse processo acaba por ficar “isento”.

Neste sentido, para que as reformas acontecessem de forma adequada seria importante que existissem três pilares em sua construção:

90 Modelo Top Down é um modelo de cima para baixo, no qual as decisões são tomadas no nível superior do alto escalão e repassadas para as demais estruturas organizacionais. Neste sentido, as decisões são sempre tomadas no nível estratégico e repassadas para as outras esferas organizacionais, nível tático e operacional.

respeito intransigente do caráter democrático do governo e do Estado, usando como referência exemplos históricos (desejáveis e não desejáveis) dos séculos XX e XXI; e respeito às especificidades históricas das trajetórias dos diferentes Estados latinos americanos; e adoção de um modelo que fosse coerente e adequado com a realidade local sem a incorporação de modelos estrangeiros que entram em conflito com a cultura local de cada país. A Administração Pública é formada por um sistema amplo e nesse processo cabe ao Estado estabelecer e garantir a existência de um processo democrático sólido. Para que isso aconteça de maneira efetiva é importante que exista respeito aos princípios de responsabilidade social, transparência e controle social, sendo que este último é o meio que permite a sociedade participar do processo de tomada de decisão política. Não se busca descartar ou excluir os princípios e métodos que foram deixados pelos modelos da administração burocrática, clássica ¹⁰ ou gerencial, mas sim compreender suas limitações e auxiliar em seu aperfeiçoamento que leve em consideração as especificidades locais do setor público Latino Americano. (ANDREWS;BARIANI, 2010)

Para conseguir superar tais lacunas e limitações que foram originadas pelos diferentes fatores, (processo histórico, dependência econômica e subdesenvolvimento) é necessário que seja repensada a forma como organizamos e estruturamos nossas teorias administrativas de Estado. Elas que foram concebidas e pensadas num ambiente estrangeiro e diferente do continente Latino Americano e utilizadas como fonte primária. (RAMOS, 1965). A educação constituiu uma ferramenta importante nesse processo, pois ela pode contribuir de maneira significativa na formação dos futuros gestores públicos. Esses profissionais são o elemento estratégico para se repensar novos paradigmas, conceitos e teorias para o setor público. Contudo, para que isso aconteça de maneira efetiva é preciso que a formação dos mesmos utilize conceitos interdisciplinares de diferentes áreas e campos de saber formando o

10 O modelo de Administração Clássica pertence a Escola Clássica de Administração, ele foi proposto pelos teóricos Frederick Taylor e Jules Henri Fayol. Antes que ocorresse o marco burocrático, a gestão orientava-se por uma visão mais racional focada no planejamento.

arcabouço necessário para se estruturar a Administração Pública Latino Americana.

5.2 POLÍTICAS PÚBLICAS

As Políticas Públicas (PP) são ações estratégicas oriundas das decisões de governo que são incorporadas no Estado e executadas pela Administração Pública (AP). O Estado é a organização que realiza, direta ou indiretamente a execução de PPs que visam o bem comum e são executadas por meio da Administração Pública (AP). O processo de construção e implementação das PP é marcado pelos fatores endógenos e exógenos. O primeiro advém das relações externas e sua capacidade de afetar não só na fase de elaboração, mas implementação das PP. O segundo é caracteriza-se pelas influências internas que estão presentes na organização e forma de Estado. O estudo de tal campo é essencial para a compreensão efetiva de como ocorre o processo e formulação de Políticas Públicas (PP), e ele pode, teoricamente, propiciar pressupostos que podem contribuir para uma efetivação da cidadania participativa.

Os objetivos das PP são em tese, desenvolver ações, programas e atividades que atendam uma necessidade ou demanda da sociedade. Para a execução e implementação de tais ações existe uma participação entre diversos atores públicos e privados que irão auxiliar no processo e modelagem das PP. Para Secchi (2013), às “Políticas públicas tratam do conteúdo concreto e do conteúdo simbólico de decisões políticas, e do processo de construção e atuação dessas decisões” (p.1). Pase (2017), traz outro conceito conveniente sobre as PP ao que se vai trabalhar aqui. Para o autor:

As políticas públicas são o resultado (recurso, bem ou direito) das relações de poder entre Estado, sociedade e mercado, síntese dos conflitos, consensos e coalizões dos segmentos sociais e políticos interessados em realizar suas preferências, em regimes democráticos. Consideram as constantes transformações históricas e são permeadas por mediações de natureza variada. São materializadas por meio de políticas, programas,

ações, estratégias que implicam coordenação, capacidade administrativa e burocrática, financiamento, e podem ser executadas diretamente ou mediante outras agências e, inclusive, em parceria com organizações privadas e do terceiro setor. (PASE; MELO, 2017, p.3)

O formato das atuais PPs tardiamente no contexto da América Latina (AL). Elas, as Pps, configuram-se como uma resposta por parte do Estado para tentar organizar sua estrutura e alinhamento estratégico na prestação do seu serviço. As mudanças e acontecimentos que ocorreram durante a década de 70, como a crise do petróleo e as rupturas que o capitalismo passou a afetar de maneira significativa a AL, que dependia dos mercados estrangeiros para dar sustentação aos seus ciclos econômicos e de desenvolvimento. Para Saravia e Ferrarezi (2006):

As organizações estatais reagiram tardiamente ou não se modificaram em face das novas circunstâncias. O resultado foi uma deterioração de sua capacidade de resposta às necessidades e aos anseios da população e um correlato declínio de sua credibilidade. No âmbito público, registrou-se, ademais, um desejo crescente de participação democrática nas decisões estatais, na sua implementação, no seu controle e nos seus benefícios. (SARAVIA;FERRAREZI, 2006, p.26)

A década de 80 aprofundou o debate sobre a ação mais progressiva a respeito da atividade governamental. Nesse período a “ação baseada no planejamento” passou para “ideia de política pública” (SARAVIA; FERRAREZI, p.26). As Políticas Públicas configuram-se como uma resposta do Estado para solucionar problemas públicos que surgem na sociedade. Elas auxiliam no enfrentamento de tal situação através da construção das chamadas opções públicas. No contexto institucional da América Latina, as Políticas Públicas começaram a tomar forma e se concretizar de maneira efetiva na década de 90 devido ao período de redemocratização do continente. Os Estados saíram de um regime autoritário e passou a tomar uma forma distinta, o que impactaria a sua forma de atuação e execução de serviços públicos. Para Pase (2016, p.7), as

políticas públicas criadas no período de pós-redemocratização na América Latina tiveram um caráter diferenciado, pois “representam o estado da arte da correlação de poder político, materializado na autoridade dos governos”.

A redemocratização na América Latina ocorreu a partir do final da década de 80 e início da década de 90 e coincidiu com a crise de Estado. O contexto da época foi marcado por uma crise no aparelho de Estado e a instauração das democracias na AL. Isso exigiu das mesmas uma atuação mais efetiva, pois a máquina pública tomou uma forma diferenciada na prestação do seu serviço, que impactou na forma como as políticas públicas se comportam. Elas passaram a adquirir um caráter mais democrático e social para suprir as demandas da sociedade. Pode-se dizer que tanto o Estado como as PPs assumiram um caráter diferenciado, pois eles voltam-se para uma questão mais assistencialista na oferta de serviços públicos, tentando assegurar a determinados segmentos da sociedade acesso a saúde, educação e previdência. Para Silva (2017):

[...] o amadurecimento do Estado, surge a ideia e prática de um Estado voltado ao Bem-Estar-Social, o qual busca satisfazer a população através de políticas públicas focalizadas e universais – as quais buscam tratar com isonomia os iguais e os desiguais, na medida em que se desiguam, conforme a formação histórica de cada sociedade. (Silva, 2017, p. 2)

No contexto Latino Americano, as PP estão adotando um caráter mais social e abrangente, tentando auxiliar no enfrentamento das lacunas e demandas históricas existentes. As PPs começam a desempenhar um fator decisivo e estratégico, pois a sua execução e desempenho impacta na prestação de serviços públicos de diversas áreas e isso afeta diretamente a população que necessita de tais serviços. O desenho de Políticas Públicas passa por um ciclo estratégico e a formulação e implementação de tal desenho é um importante fator

a ser considerado quando se pensa em critérios de sucesso na aplicação das PPs.

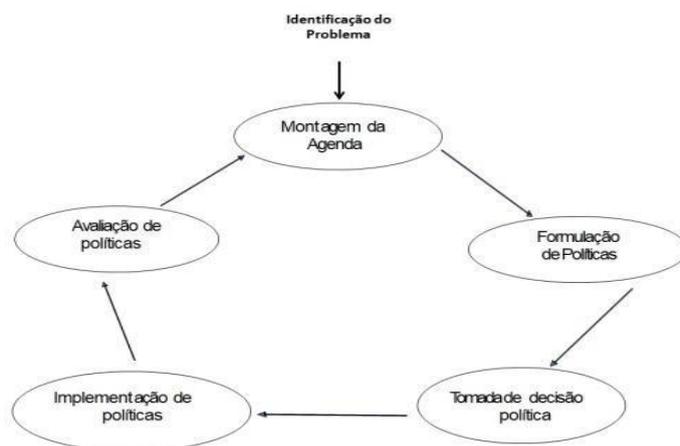
O ciclo de criação e elaboração das PPs compreende, no mínimo, quatro fases. São elas: a) formulação de Políticas; b) tomada de decisão política; c) implementação de políticas; e d) avaliação de políticas. O modelo é caracterizado por ciclos, etapas e estágios que devem ser cumpridos e desenvolvidos ao longo do seu processo. Esse ciclo de criação e implementação de políticas públicas se retroalimenta e faz “girar a máquina pública”. (LASSWEL, 1950; EASTON 1965)

Neste modelo, as Políticas Públicas seriam desenvolvidas e analisadas por meio do ciclo político que estaria relacionado às ações políticas. Para Araujo e Rodrigues (2017, p.8), o que Lasswell propôs foram “fases que constituem um contributo decisivo para a criação de um mapa conceptual orientador da análise das políticas públicas: informação, promoção, prescrição, invocação, aplicação, conclusão e avaliação”. Esse modelo é importante porque auxilia na investigação dos problemas durante o processo de criação das políticas públicas. A sua subdivisão em diversas etapas permite que a ação pública possa ser focalizada na resolução dos problemas.

O modelo Ciclo Político é elaborado em um processo sequencial que se repete e reconstrói, sendo o resultado de mudanças que recebem feedback das próprias Políticas Públicas ou por alterações do cenário e das relações entre atores e instituições. (Araujo; Rodrigues, 2017, p.8). Charles O. Jones (1984), apoiado nos estudos de Lasswell e Easton durante a década de 70 aprofundou o estudo sobre o modelo teórico de ciclo político e adaptou a um modelo parecido com o que se utiliza na atualidade. O modelo passou por um aperfeiçoamento, e hoje é composto pelas seguintes fases que são desmembradas com nos seguintes eixos: a) montagem da Agenda; b) formulação de Políticas Públicas c) tomada de decisão política; d) implementação de políticas e; e) avaliação de políticas. A montagem da agenda surge quando ocorre a identificação de um problema que requer a atenção do Estado para uma ação pública, a figura 3 sistematiza esse processo. Esse processo se retroalimenta na geração de uma

Política Pública para atacar a causa do problema existente e diminuir o impacto do mesmo. (figura 3).

Figura 3. Modelo Ciclo de Políticas Públicas



Elaborado pela autora. (2019).

O modelo de ciclo político se retroalimenta permitindo que o ciclo político de causa e problema possa ser desenvolvido ao longo do processo de criação da política pública. Desta forma, a PP consegue solucionar o problema ao longo do processo de desenvolvimento das fases. Os referidos conceitos sobre o ciclo e fases das Políticas Públicas são descritos:

- a. Montagem da agenda: processo no qual é detectado a existência de um problema público. A agenda é montada por meio de pressões da sociedade civil ou origina-se nos próprios planos de governo.
- b. Formulação de Políticas: apresentação de meios que tem como objetivo sistematizar e resolver as necessidades percebidas pela sociedade. Nesta fase ocorre a identificação e a determinação das possíveis soluções para os problemas políticos. Essas fases são constituídas por: apreciação (relatórios de pesquisa, audiências públicas); diálogo (experts e representantes classistas); consolidação (feedback sobre as opções) (THOMAS, 2001).

- c. Implementação de Políticas: é a fase moldada por fatores políticos relacionados à capacidade do Estado conseguir enfrentar os problemas específicos.
- d. Avaliação de Políticas: a avaliação envolve verificar os meios empregados e os objetivos atendidos. Consiste em examinar o sistema e verificar se os objetivos dos programas e ações desenvolvidos pelas políticas públicas estão alcançando os resultados pretendidos. A avaliação das Políticas Públicas pode ocorrer mediante a mensuração de indicadores, avaliação de relatórios e verificação da efetividade que o programa atingiu.

O processo de formulação de políticas públicas e tomada de decisão pode ser influenciado por uma agenda que pode ter origem em um plano de governo ou da sociedade civil. Este processo é denominado montagem da agenda. A atuação do governo congrega a organização de diversos atores atuando no Estado, de maneira administrativa e política. Essa atuação converge com a participação dos indivíduos que “participam do ciclo das políticas públicas – definição da agenda política, elaboração, implementação e avaliação”. (SILVA, 2017, p.2). Já para Raeder (2014, p.4) existem duas perspectivas a “abordagem estatista (ou estadocêntrica) e a abordagem multicêntrica (ou policêntrica)”. Na primeira as ações são originadas pelo agente estatal. Já na segunda existe um “protagonismo” por parte de diversos atores, como: “organizações privadas e não governamentais” que participam e influenciam de certa forma a “constituição das políticas públicas”.

Na conceituação teórica, alguns autores divergem sobre o processo que envolve o ciclo de Políticas Públicas. As PP podem ser elaboradas por meio de um ciclo extenso ou por meio de um círculo curto. Araujo e Rodrigues (2017, p. 2), descrevem a existência de 4 modelos que podem ser adotados e que são descritos no campo teórico. São eles: “1 o modelo sequencial ou do ciclo político; 2 o modelo dos fluxos múltiplos; 3 o modelo do equilíbrio interrompido; e 4 o quadro teórico das coligações de causa ou de interesse”. Tais modelos podem ser utilizados em conjunto ou isoladamente, dependendo de qual problema pretendem confrontar.

Os diferentes modelos teóricos existentes de Políticas Públicas irão propor metodologias e estratégias diferenciadas. Alguns desses podem ser complementares e outros divergirem entre si. Os modelos teóricos têm como proposta identificar o processo político existente na criação das PP e compreender quais são os fatores motivacionais que influenciam a ação pública dos governos na criação de projetos e programas. As PP devem propor melhorias para a sociedade e tentar solucionar problemas. Neste sentido, é importante que exista uma reflexão sobre qual o melhor modelo teórico e método a ser adotado na criação das mesmas. As PPs são responsáveis por estabelecer um padrão nos planos de governo de maneira que as suas ações ocorram de maneira ordenada, e estratégica para suprir as demandas e interesses sociais da sociedade.

As mudanças nos cenários econômicos impactam diretamente a estrutura de governo e Estado. O continente latino americano necessita realizar reformas estruturais que auxiliam no seu desenvolvimento e na qualidade de vida da população. Os ciclos econômicos que a América Latina passou promoveram um crescimento econômico significativo, mas que não impactou ou gerou uma mudança significativa em suas estruturas de base. Os governos têm feito uso de Políticas Públicas tanto de cunho distributivo e redistributivo como forma de minimizar os efeitos negativos das crises econômicas na sociedade.

Desta forma, é importante que as Políticas Públicas sejam organizadas e planejadas estrategicamente para que possam auxiliar no desempenho das ações dos Estados. Por meio de programas e projetos que promovam o desenvolvimento e assegurem o acesso a direitos fundamentais para a população elas auxiliam na consolidação de uma cidadania ativa. Os recursos de controle, monitoramento e avaliação das PP são instrumentos que permitem que a sociedade possa analisar o nível de eficiência e efetividade na prestação dos serviços. Tais instrumentos auxiliam no processo de aperfeiçoamento das PP e da democracia. As ações do governo impactam a vida em sociedade, por isso, para que exista um aperfeiçoamento das instituições públicas, dos programas,

dos planos de governo é importante que a sociedade civil possa acompanhar esse processo por meio do controle social.

5.3 INTERDISCIPLINARIDADE

A educação é a área responsável por propagar e disseminar o senso crítico, por isso, ela deve trabalhar, em tese, com um alimento interdisciplinar. A interdisciplinaridade pode ser considerada a união de diferentes áreas de saberes e ciências que atuam em conjunto para um fim específico. O objetivo é que, a partir da união destes diferentes saberes se consiga solucionar problemas de natureza complexa. Sendo assim, a interdisciplinaridade pode-se constituir em uma importante ferramenta a ser utilizada pela Administração Pública (AP). Ela proporciona aos estudantes uma reflexão mais completa acerca dos diferentes problemas existentes no setor público que são oriundos de diferentes campos.

Neste sentido, a interdisciplinaridade possui a capacidade, em tese, de auxiliar o setor público para que seja possível se ter um desempenho eficiente, eficaz, mas principalmente efetivo. A efetividade é um dos pontos primordiais a ser considerado quando se pensa em analisar o desempenho da Administração Pública. Ao mesmo tempo, oportuniza a avaliação se o aparato estatal consegue atingir os propósitos de atuação que foram delimitados para ele.

A interdisciplinaridade está presente na Administração Pública visto que ela trabalha com conceitos específicos das áreas de ciências humanas, ciências exatas e ciências sociais aplicadas. A AP apresenta uma gama de disciplinas que compõem objetos de estudos diferenciados, mas que acabam se interligando e podem ser utilizados para se pensar em ações estratégicas, bem como, propor novos métodos e funções para aplicar no setor público. Japiassu (2006), afirma inclusive que as disciplinas precisam ser interligadas para se construir a interdisciplinaridade. Como observou Oliveira et al. (2018, p.6), em estudo recente, a AP não pode ser delimitada com um campo único de saber, isto porque, segundo o autor, a “sua natureza interdisciplinar e a natureza de contínua mudanças dos governos e das relações do estado com a sociedade”.

As especializações disciplinares que aconteceram no século XX foram importantes para algumas áreas. No entanto, com a mudança do final do século XX para o início do século XXI muitas transformações ocorreram, e por isso, se mostrou necessário uma mudança de paradigma na educação e a forma como eram organizadas as disciplinas. Não se pode mais pensar em disciplinas especialistas e fechadas em suas áreas, numa visão cartesiana, pois esse processo limita e fragmenta a aprendizagem em eixos específicos. A educação é a área responsável por fomentar esse processo inovador de aprendizagem propondo novas soluções e disseminando novos conceitos que auxiliaram na formação de um pensamento mais amplo. Nesse sentido trabalhar com interdisciplinaridade mostra-se um importante avanço para as diversas áreas educacionais.

Para Morin (2000, p.38), a supervalorização “à especialização” não leva em consideração “os contextos, as globalidades e as complexidades” e isso se torna um entrave para os “sistemas de ensino” que podem tender a trabalhar de maneira cada vez mais isolada. Outro fator que o autor aponta é a tendência que ocorra a “separação das ciências em disciplinas hiperespecializadas, fechadas em si mesmas” o que pode, teoricamente, limitar o conhecimento para que seja explicado apenas de uma maneira linear. Para Morin isso traria algumas consequências e implicações no trato da resolução de problemas complexos, para o autor:

“Os problemas fundamentais e os problemas globais estão ausentes das ciências disciplinares. São salvaguardados apenas na filosofia, mas deixam de ser nutridos pelos aportes das ciências. Nestas condições, as mentes formadas pelas disciplinas perdem suas aptidões naturais para contextualizar os saberes, do mesmo modo que para integrá-los em seus conjuntos naturais. [...]a hiperespecialização impede tanto a percepção do global (que ela fragmenta em parcelas), quanto do essencial (que ela dissolve). Impede até mesmo tratar corretamente os problemas particulares, que só podem ser propostos e pensados em seu contexto. Entretanto, os problemas essenciais nunca são parcelados e os problemas globais são cada vez mais essenciais. Enquanto a cultura

geral comportava a incitação à busca da contextualização de qualquer informação ou idéia, a cultura científica e técnica disciplinar parcela, desune e compartimenta os saberes, tornando cada vez mais difícil sua contextualização. (MORIN, p. 38,39)

Para o autor trabalhar com disciplinas de maneira isolada pode, teoricamente, diminuir a capacidade de percepção do todo, e isso impacta na dificuldade de contextualização, percepção e resolução de problemas de origem complexa. Quando a formação do gestor é disciplinar e fechada em eixos específicos, isso pode contribuir para existência de lacunas que irão limitar a sua atuação ao lidar na resolução de problemas e conflitos. O setor público trabalha com diferentes áreas de conhecimento e presta serviços diversificados, por isso, é importante uma interligação entre os saberes por meio de uma atuação conjunta na solução dos problemas públicos que são complexos.

O fenômeno interdisciplinar é descrito por Japiassu (1976), sendo composto por algumas modalidades de interdisciplinaridade que podem ser aplicadas a contextos diferenciados. Para ele, estas modalidades podem ser classificadas em: a) interdisciplinaridade heterogênea, b) pseudo interdisciplinaridade, c) interdisciplinaridade auxiliar, d) interdisciplinaridade compósitoria, e e) interdisciplinaridade unificadora.

Cada uma das categorias interdisciplinares pertence a uma área específica e assim será organizada. A interdisciplinaridade heterogênea trabalha com um enfoque de caráter enciclopédico, combinando programas diferenciados, essa modalidade leva em consideração a utilização de disciplinas “auxiliares”. A pseudo-interdisciplinaridade congrega a utilização de instrumentos conceituais e de análise, considerados epistemologicamente “neutros”, temos como exemplo nessa área os modelos matemáticos que auxiliam na associação algumas disciplinas. A interdisciplinaridade auxiliar consiste no processo da disciplina tomar como empréstimo uma a outra em seu método ou procedimento, pode-se definir esse fenômeno sendo um nível de integração teórica. A interdisciplinaridade compositora se caracteriza pelo efeito de se resolver os grandes e complexos problemas colocados para sociedade atual, como: fome,

guerra, delinquência e poluição. O fenômeno interdisciplinar compositório busca compreender os problemas complexos que não necessariamente se originam de uma área específica, e nesse processo tenta reunir as especialidades das áreas para propor soluções técnicas levando em consideração também as variáveis e contingências históricas que cada problema se origina. Já a interdisciplinaridade unificadora procura uma coerência entre o domínio dos estudos das disciplinas por meio de uma integração de áreas.

Quando se analisa a área da Administração Pública (AP), pode-se perceber que a mesma se utiliza de uma visão interdisciplinar unificada. Ela inclina-se para uma interdisciplinaridade auxiliar, compositória e unificadora. A AP trabalha com a lógica “teoria e prática” e com a integração de diferentes saberes que podem ser classificadas como interdisciplinaridade auxiliar. Ela também conta com o auxílio da interdisciplinaridade compositória ao propor soluções para os conflitos. Isso acontece por meio da atuação de políticas públicas que tem o intuito de minimizar os problemas que surgem na sociedade. Existe também a presença da interdisciplinaridade unificadora porque se percebe uma integração teórica e métodos correspondentes. (JAPIASSU, 2006)

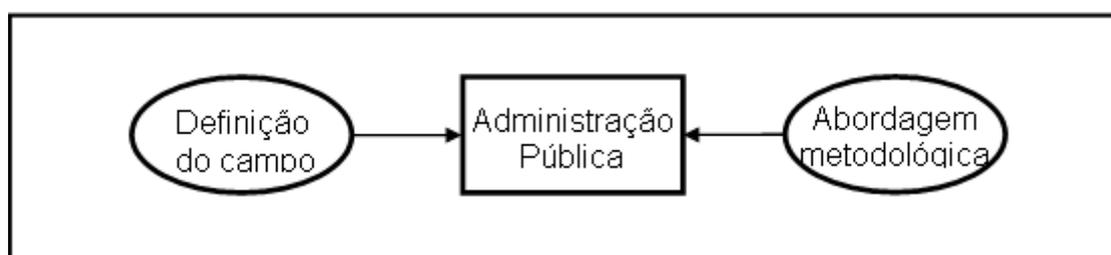
Para uma compressão mais efetiva sobre o fenômeno interdisciplinar pode-se utilizar o conceito de Redução Sociológica (RS) de Guerreiro Ramos (1996). A RS é uma proposta de hipercorreção em que os atores sociais atribuem uma eficiência direta às ideias e teorias importadas e desta forma negligenciam os contextos nos quais estão inseridos e sendo aplicados. Esse fenômeno pode inclinar-se a ser aplicado nas disciplinas, grades curriculares e planos pedagógicos dos cursos de Administração Pública. A RS não busca uma exclusão totalitária dos conceitos e teorias estrangeiras, no entanto, ela se constitui como uma crítica à forma como se está estruturando a forma de pensar e aplicar as teorias. A ideia da RS leva em consideração a evolução histórica e social, ela procura evidenciar de maneira conjunta e interdisciplinar.

O fenômeno interdisciplinar valoriza as especificidades das diferentes áreas e ainda contribui para a integração das mesmas. A atuação profissional do gestor público requer um conhecimento de habilidades técnicas, contudo é

importante que o mesmo desenvolva outras competências necessárias, que muitas vezes estão relacionadas com a prática cotidiana das organizações. O ambiente institucional das organizações compõe um microsistema que se interliga com o macro sistema externo. Por isso, a RS é uma importante contribuição na compreensão desse fenômeno, porque ela valoriza as singularidades e a conjuntura presente no espaço de atuação do gestor público. Ela considera que cada instituição e espaço de atuação possuem características e valores próprios que devem ser analisados antes de se adotar um modelo teórico, para que o mesmo possa ser adequado com a realidade da região.

Com isso, não se pode delimitar a Administração Pública como um simples campo de ferramentas e aplicações de modelos teóricos administrativos. Esse campo é constituído por diversos fatores que envolvem as ações de Estado e Governo. No contexto brasileiro o campo de AP, atualmente, é definido como Campo de Públicas, que congrega as áreas multidisciplinares de investigação dos cursos profissionais são eles: Administração Pública, Políticas Públicas, Gestão Pública e Gestão Social. A abordagem interdisciplinar foi instrumentalizada de maneira metodológica, por meio da Resolução Brasileira do Conselho Nacional de Educação CNE/CES nº 01. Esta abordagem pode ser construída com base na RS e operacionalizando a interdisciplinaridade. Desta forma, a AP pode ser entendida como resultado da definição do Campo de Públicas, bem como a abordagem metodológica interdisciplinar. (Figura 4).

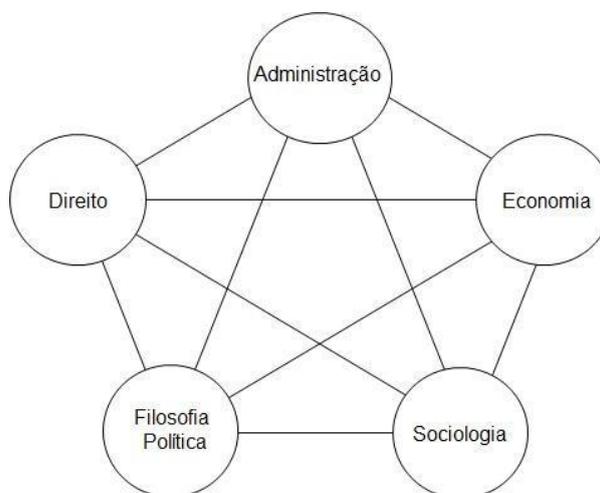
Figura 4. Definição do Campo de Abordagem Metodológica



Elaborado pela autora. (2019).

A resolução brasileira nº 01 de 2014 foi um importante elemento interdisciplinar no contexto da América Latina (AL). Esse marco inicial teve como objetivo caracterizar algumas das diferentes áreas que compõem o escopo, bem como identificar os elos potenciais que ser utilizados para relacionar estas áreas do saber, criando uma interdisciplinaridade entre elas. (Figura 5). As áreas são: a) Administração, b) Economia c) Filosofia Política, d) Direito e e) Sociologia. (Figura 5).

Figura 5. Áreas intervenientes básicas.



Elaborado pela autora. (2019).

Neste sentido, conforme delimitado pela resolução nº 01 de 2014 a interligação entre as disciplinas tais disciplinas, pode, em tese, criar um eixo interdisciplinar que se retroalimenta. Com isso, a análise interdisciplinar se retroalimentará com os dados e elementos teóricos conceituais e também com a tensão entre as várias perspectivas disciplinares e suas contribuições. Com isto, busca-se eliminar as lacunas remanescentes e produzir um conhecimento integrador que considere a autonomia da AP. Dentro desta mesma linha, Japiassu (2006) é claro em mostrar que “ao destruir a cegueira do especialista” (p.30) a interdisciplinaridade rompe a territorialidade do saber e seu respectivo poder. Ao fazer isto, o objeto passa a ser visto de diferentes perspectivas.

As políticas públicas, os programas e as ações estatais cumprem um papel fundamental no Estado Democrático de Direito (EDD) que implica uma

atuação eficiente e eficaz que possam impactar a sociedade, contribuindo com melhorias sociais e econômicas. A estrutura da Administração Pública (AP), é desdobrada em um ciclo que possui o agente público e os bens públicos voltados a prestação desses serviços, especialmente na América do Sul e no Brasil, tem se mostrado historicamente insuficiente para oferecer alternativas e resultados compatíveis com as necessidades das suas sociedades. Por isso, torna-se fundamental estudar e compreender o processo de formação dos gestores públicos.

A educação torna-se um instrumento fundamental, pois permite o desenvolvimento do senso crítico capaz de propor soluções para os diferentes problemas existentes na esfera pública da América Latina e no Brasil. A interdisciplinaridade se aplicada de maneira efetiva nos cursos de Administração Pública, pode, teoricamente, ser um instrumento que auxilia na formação dos gestores, que durante o desempenho de suas funções precisam lidar com problemas cada vez mais complexos oriundos de diversas esferas em que o setor público atua. O gestor público é um dos responsáveis por auxiliar no desenho de Políticas Públicas e execução das mesmas, para que isso ocorra de maneira efetiva é preciso que durante a prestação dos serviços públicos exista um alinhamento estratégico entre: Estado, Políticas Públicas, Administração Pública (AP) e a Sociedade. A educação formal do gestor é um importante elemento nesse processo, a oferta de cursos de formação de AP que trabalham com a questão interdisciplinar, reconheça e reproduza as especificidades do setor público, suas complexidades e dinâmicas, pode minimizar, em tese, uma lacuna existente na capacitação dos gestores públicos.

6 METODOLOGIA

A hipótese inicial que sustentou a pesquisa foi verificar se os cursos de Administração Pública da amostra escolhida apresentam em seu Plano Pedagógico Curricular (PPC) melhor inter-relação entre as áreas de conhecimento configurando assim uma abordagem interdisciplinar. O método de abordagem foi hipotético dedutivo e se utilizou a forma qualitativa. Pode-se considerar que o trabalho foi uma abordagem bibliográfica. Foram realizados exames de documentos, dados e informações retiradas dos projetos pedagógicos dos cursos e mais, especificamente, dos projetos pedagógicos dos cursos.

A abordagem utilizada é qualitativa, e utilizou pesquisa documental-bibliográfica. A escolha por essa abordagem justifica-se porque foi realizado exame de documentos, dados e informações, que foram analisados e retirados dos projetos pedagógicos dos cursos. A abordagem qualitativa, além de permitir a imersão no objeto, estabelece mecanismos específicos para a discussão e análise dos dados. A pesquisa qualitativa tem como finalidade proporcionar maior familiaridade com o problema, pois não supervaloriza o quantitativo em detrimento ao qualitativo gerando as especificidades necessárias para qualquer pesquisa no campo das ciências sociais, garantindo assim as suas singularidades, com vistas a torná-lo mais explícito ou a construir hipóteses.

A pesquisa bibliográfica utilizou portais eletrônicos como; CAPES ENAPE, EBAPE, LUME, RAP, RAE e SCIELO. Quando foi possível, as obras foram consultadas em formato físico e manual. A busca das bibliografias e as palavras-chave utilizadas foram: “administração pública”, “interdisciplinaridade”, “ensino de administração pública”, “formação do gestor público”, “políticas públicas” e “modelos de Estado”. O filtro temporal utilizado foi o material publicado nos últimos 5 anos.

O mapeamento dos cursos de Administração Pública no universo chileno foi realizado mediante uma busca no site Ministerio da Educacion do

Chile, no cadastro Instituciones de Educación Superior en Chile (<https://www.mifuturo.cl/institucionesde-educacion-superior-en-chile/>) no qual, é possível acessar uma base de dados que contém a lista das Instituições de Nível Superior que ofertam o curso de Administração Pública. O critério de análise utilizado foi: a) cursos de nível superior em Administração Pública; b) o grau dos cursos deve ser bacharelado; c) a modalidade presencial; d) o curso deve ter registro ou licença conforme órgão regulador (Ministério da Educação ou Secretaria da Educação, ou instituição similar) e) o curso deve apresentar plano pedagógico e curricular em seu site.

O mapeamento dos cursos de Administração Pública no universo peruano foi realizado mediante uma busca no site Ministerio da Educacion do Peru, no cadastro Instituciones de Educación Superior en Peru. Os critérios utilizados para identificar as instituições de ensino superior no Peru foram os mesmos aplicados ao caso Chileno.

Na busca foi encontrado 19 cursos superiores de Administração Pública no Chile que são descritos com as seguintes denominações: a) Administracion Pública, b) Gobierno y Assuntos Públicos, c) Administracion Pública y Ciencia Política, d) Ciencia Política y Políticas Públicas. Todos os cursos possuem como objetivo formar profissionais para atuar no campo no campo da Administração Pública do País. A amostra, no caso chileno, foi composta de 10 cursos que atendem os critérios de análise já estabelecidos.

No Peru foram encontrados 10 cursos superiores de Administração Pública que são assim descritos: a) Ciencia Politica y Gobernab, b) Gestão Pública, Escuela de Administracion Pública y Geston Social e d) Gestao Pública y Desarrollo Social. A titulação que se obtém ao final do curso é a de Administrador Pública.

Os planos pedagógicos foram as fontes básicas utilizadas de forma semelhante como foi realizado por Oliveira et al (2018). Para efetuar a análise comparada e teórica no universo chileno e peruano no que tange a interdisciplinaridade foi utilizado o modelo teórico de análise baseado em 3 pontos. Os autores relacionam as áreas de conhecimento, em que alguns cursos

atendem ou não, de maneira mais efetiva que os outros. Com isso, partindo da perspectiva de análise comparada e utilizando-se dos conceitos de Interdisciplinaridade, tem-se que o estudo pode sinalizar o grau de interdisciplinaridade dos cursos de Administração Pública do Chile e Peru, além de descrever os elementos e critérios que compõem a interdisciplinaridade.

Para se realizar a análise comparada foi utilizado o mesmo modelo teórico de análise de Oliveira et al (2018). Este modelo busca verificar as especificidades delimitadas na área da Administração Pública, e as áreas a ela relacionadas, que são: a) Administração, b) Economia, c) Direito, d) Filosofia Política, e) Sociologia, e f) Ciência Política. Foram estabelecidos os seguintes critérios de análise (modelo de 5 pontos): a) existência de disciplina integradora e mediadora, b) existência de elos (ligações entre as áreas), c) existência de relação da teoria com a prática (práxis); d) existência de contextualização e evolução histórica; e e) existência de transdisciplinaridade criadora de conhecimento novo. A pontuação de todos os critérios foi de 0 a 3. Foi considerado o mesmo peso para os cinco critérios analisados. (Figura 6).

Figura 6. - Matriz de Análise

CURSO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	Quadro Geral					Pontuação total de cada curso
	Critério a	Critério b	Critério c	Critério d	Critério e	
CURSO 1	-	-	-	-	-	-
CURSO 2	-	-	-	-	-	-
CURSO 3	-	-	-	-	-	-
....

Elaborada pela autora (2019).

a) existência de disciplina integradora e mediadora: entende-se por disciplina integradora um conjunto de saberes de diferentes áreas. Este critério, busca explicar como algumas disciplinas, que podem atuar de maneira articulada, integrada e mediadora;

b) existência de elos (ligações entre as áreas): este critério considera que para uma visão interdisciplinar, é necessário, em tese, estabelecer elos e

relações entre as disciplinas e áreas. Identifica e analisa como estão ordenadas as disciplinas no currículo;

c) existência da relação da teoria com a prática (práxis): o campo teórico deve, em tese, buscar soluções para os problemas e conflitos existentes na sociedade. O conteúdo presente nos currículos de formação dos gestores públicos deve propiciar a eles o desenvolvimento de competências, conceitos e teorias. A práxis permite a experimentação e quando realizada de forma contínua, possibilita aperfeiçoar a teoria que vai nortear a prática na sequência. Este critério verifica como os projetos pedagógicos e disciplinas curriculares ofertam disciplinas que promovem o debate reflexivo e auxiliam o gestor público na relação teórico-prática;

d) existência de contextualização e evolução histórica: a contextualização histórica é um critério que permite compreender os problemas existentes e verificar como algumas variáveis podem afetar a construção de políticas públicas. Paralelamente, é importante que existam disciplinas que trabalhem as especificidades do ambiente local e regional em que atua; e

e) existência de transdisciplinaridade criadora de conhecimento novo: este critério analisa a existência de disciplinas afins que podem ser denominadas como inovadoras, e auxiliar a administração pública na criação de um novo conhecimento. Tais disciplinas teriam um caráter interdisciplinar, apoiando-se em diferentes áreas de conhecimento, e criando um conhecimento novo. Elas consideram os fatores interdisciplinares, a realidade local, a contextualização histórica e as especificidades presentes no setor público.

A pontuação de todos os critérios de análise, foi de 0 a 3 e estes foram baseados em duas variáveis (participação e justificativa). A primeira variável é considerada a partir de duas situações, que são “não presente” (np) e “presente sim” (ps). A segunda variável (justificativa) são consideradas três situações, que são “não existe” (ne), “existe parcialmente” (ep) e “explícita” (e). Considerando que estas variáveis podem ser tomadas como ortogonais, pode-se chegar a uma matriz de 6 elementos. Considerando que as situações “não presente – existe parcialmente” e “não presente – explícito” podem ser descartadas, pois são

7 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados parciais encontrados na análise dos planos pedagógicos (PPC's) do Chile e Peru utilizaram o método de análise do conteúdo, presente nas propostas dos PPC 's. Durante a pesquisa foram encontrados, inicialmente, 19 cursos de Administração Pública no universo Chileno. Após a consulta em órgãos reguladores como Ministério da Educação e Conselho de Educação Superior do Chile, verificou-se que apenas 6 cursos atendiam aos filtros do modelo. No universo peruano foram analisados 2 cursos, pois foram os únicos que disponibilizaram as informações acessórias para a Matriz de Análise.

O universo de análise, no caso do Chile, foi de 6 cursos. As informações utilizadas como base da análise e valoração dos critérios foram fornecidas pelo Ministério da Educación do Chile e se considerou também o ranquiamento dos cursos de Administração Pública quanto a empregabilidade.

Tabela 1 - Pontuação geral dos cursos de Administração Pública Chile

Quadro Geral						Pontuação total de cada curso
CURSO S	Critério a	Critério b	Critério c	Critério d	Critério e	
1	0	1	3	2	0	1,2
2	0	1	2	0	3	1,2
3	0	0	2	2	3	1,4
4	1	1	2	3	2	1,8
5	2	2	3	0	0	1,4
6	2	1	3	0	2	1,6

Fonte: Autora. (2019).

A análise ponderada (tabela 1) se vale, também, das informações disponibilizadas pelo Ministério da Educação Chileno (MEC) (tabela 2). O objetivo da referida tabela é a “empregabilidade”. O curso 2, no entanto, não aparece ao documento do MEC, logo não pode ser utilizado para avaliar os cinco critérios.

Tabela 2. Porcentagem de Empregabilidade dos cursos de Administração Pública no Chile

CURSOS	Duração do	Carrera	Empregabilidade no Primeiro ano
CURSO 1	4 años	Administración Pública	80,4%
CURSO 3	4 años	Administración Pública	82,4%
CURSO 4	5 años	Administración Pública	87,0%
CURSO 5	7 años	Administración Pública	86,8%
CURSO 6	6 años	Administración Pública	85,2%

Fonte: Ministério da Educação Chile 2019.

Os elementos utilizados para a pontuação são as características individuais dos diferentes cursos, nominados de 1 até 6. Quanto ao **CURSO 1** tem-se que não é atendido de forma minimamente suficiente, pois não existe nenhuma disciplina que considera-se integradora. Quanto ao segundo, critério elos entre as áreas, ele existe e se encontra presente de forma frágil disciplinas de maneira subjetiva. O terceiro critério está presente e existe de maneira suficiente na relação teoria e prática. Pode-se perceber que o curso apresenta certa flexibilidade, pois um dos requisitos do mesmo é o treinamento e modificação continua para que a estrutura curricular seja adequada com a realidade teórico-prática. O quarto critério está presente e atende parcialmente o item contextualização e evolução histórica, pois a grade curricular do curso apresenta as disciplinas: Historias de las instituciones políticas y Administrativas de Chile e Evolución y Complejidad de la Administración Pública. Quanto ao critério existência de uma disciplina transdisciplinar e criadora de conhecimento ele não existe e não esta presente.

Quanto ao **CURSO 2** tem-se que não está presente o primeiro critério de análise. Quanto ao segundo critério ele existe, embora de forma não justificada. Quanto ao terceiro critério ele está presente, mas de forma insuficiente na sua justificativa. Quanto ao quarto critério, tem-se que ele não está presente na grade curricular. No que se refere ao quinto critério tem-se que ele está presente na grade curricular e justificado parcialmente nas disciplinas integradoras e geradoras de um novo campo de conhecimento, sendo elas: Software de aplicación para la gestión pública; Tecnologías de la información y comunicación para la gestión pública; Innovación y nuevas tecnologías para la gestión pública e Diseño y mejoramiento de procesos y gestión de calidad.

Quanto ao **CURSO 3** tem-se no primeiro critério o curso não atende ele, ele não está presente. No segundo critério tem-se que as disciplinas apresentadas na grade curricular não mostram de forma direta ou indireta nos elos de ligação entre as áreas. A relação teoria-prática terceiro critério é atendida de maneira pouco satisfatória, pois o curso apresenta flexibilidade e especificidades quanto a teoria estar ligada com a prática. Isto é demonstrado nas grades curriculares das disciplinas e nos convênios estabelecidos com órgãos públicos que auxiliam no desenvolvimento prático do campo teórico. Paralelamente, apresenta indicadores satisfatórios em termos de empregabilidade. Quanto ao quarto critério ele está presente, sendo apresentado de maneira superficial, pois mesmo que o curso apresente uma disciplina que atende ao critério contextualização e evolução histórica, é suficiente. O quinto critério está presente e é atendido de maneira satisfatória com as disciplinas Nuevos Enfoques de la Gestión Pública e Modelos e Instrumentos de Gestión Pública.

Quanto ao **CURSO 4** tem-se, pode-se considerar que o primeiro critério está presente e é atendido de maneira insatisfatória, pois apresenta poucas relações com as demais áreas de conhecimento, e apenas disciplinas hiper especializadas. Quanto ao segundo critério, tem-se que ele está presente é atendido de maneira insatisfatória, pois os elos não são justificados de forma direta ou indireta. O terceiro critério está presente, e, é atendido de maneira parcial, uma vez que apresenta disciplinas específicas para atuação no setor

público do Chile, como é o caso das disciplinas Administración Pública Chilena e Gobierno e Integración Regional. O quarto critério está presente, e é atendido de maneira satisfatória na grade curricular do curso. O último critério está presente, e é atendido de maneira parcial, uma vez que não fica claro se seus conhecimentos podem ser gerados.

Quanto ao curso **CURSO 5**, o primeiro critério está presente, e é atendido de maneira parcial. O segundo critério está presente, é apresentado de maneira satisfatória na grade curricular do curso. O terceiro critério é atendido de maneira adequada, visto que a grade curricular do curso apresenta disciplinas que fazem uma ligação com as áreas práticas do setor público. O quarto critério não está presente e não é atendido visto que não é possível perceber a existência de disciplinas que atendam ao eixo: existência de contextualização e evolução histórica. O último critério também não está presente, logo não é atendido uma vez que não foi possível verificar, na análise curricular, a existência de disciplinas transdisciplinares e criadoras de um novo conhecimento.

Quanto ao **CURSO 6** tem-se o primeiro critério está presente mas com justificativa insuficiente. O segundo critério está presente, e pode-se considerar que a justificativa está apresentada de forma subjetiva. O terceiro critério está presente e é atendido de maneira satisfatória em relação a questão elos teoria e prática. O quarto critério não atende, pois não é mostrado e selecionado a contextualização e evolução histórica. O quinto critério é atendido de maneira não aparente, pois apresenta disciplinas que podem ser consideradas inovadoras e interdisciplinares. São elas: taller de integración sello uvi; práctica profesional I e taller de integración ciclo profesional.

Quanto às análises dos cursos de administração pública Peru, tem-se que a amostra utilizada foi de apenas 2 cursos. Não foram encontrados dados nos sites oficiais de regulamentação do ensino superior peruano. Isto, de certa forma, reduziu a robustez dos resultados encontrados, pois não foi possível confrontar os resultados gerados na análise dos critérios com algumas informações locais, como foi a “empregabilidade” no caso chileno.

Tabela 3. Pontuação geral dos cursos de Administração Pública Peru

Curso	Quadro Geral					Pontuação total de cada curso
	Critério a	Critério b	Critério c	Critério d	Critério e	
1	0	1	2	1	1	1,0
2	2	1	2	3	0	1,6

Elaborado pela autora. (2019).

Quanto ao **CURSO 1**, o primeiro critério não está presente, logo não é atendido, pois o currículo não apresenta disciplinas integradoras. Quanto ao segundo critério, tem-se que o curso possui uma grade curricular linear com poucas ligações entre as diferentes áreas de conhecimento. O terceiro critério é atendido de maneira parcial, pois durante o curso existem oficinas e outras oportunidades de aplicação teoria e prática profissional. O quarto critério está presente por meio da contextualização e evolução histórica, em algumas disciplinas. O quinto critério é está presente, pois não apresenta justificativa no corpo do curso.

Quanto ao **CURSO 2**, tem-se que o primeiro critério é atendido de maneira parcial, pois existem disciplinas com a possibilidade de conhecimento integrador, porém ainda de forma insuficiente. O segundo critério é atendido de maneira superficial, pois as diferentes áreas do conhecimento têm elos de ligação, apesar de não insuficientemente mostradas e justificadas. O terceiro critério é atendido de maneira minimamente satisfatória, pois o currículo divide o tempo das matérias em horas que complementam a teoria e prática, mas não mostra como isso poderia ser realizado. O quarto critério está presente, e, é atendido e aborda a contextualização e evolução histórica no primeiro semestre, com o tema sobre a realidade social peruana. O quinto critério, que analisa a transdisciplinaridade, não está presente de maneira explícita.

Antes de se efetuar propriamente na discussão seria bom que algumas considerações iniciais fossem apresentadas. A primeira é que os cursos do universo chileno, seis cursos, apresentam dados e informações mais organizadas, especialmente aqueles órgãos de registro e controle do país. Os dados dos dois cursos do universo peruano foram de mais difícil acesso aos sítios

eletrônicos, em função das suas formas de apresentação e exigiram, por parte dos pesquisadores, algumas diligências adicionais. A pontuação média dos cursos chilenos foi de 1,43 e dos cursos peruanos foi de 1,30. Pode-se, com isso, afirmar que o universo chileno pode estar mais perto do que o peruano quanto a incorporação desejável da interdisciplinaridade. Pode-se, também, afirmar como segunda questão inicial que os dois universos estão aquém do nível desejado, pois oscilam em torno de 50% da pontuação do modelo, que é de zero até três (0 – 3,0). Considerando que entre zero e 0,5 seria absolutamente insuficiente, entre 1,6 e 1,5 seria insuficiente, entre 2,6 e 3,0 seria plenamente suficiente, pode-se dizer que o caso dos dois universos é insuficiente. Se insuficiente significa dizer que formalização da interdisciplinaridade nas regiões estudadas são ainda insuficientes e que existe em grande espaço de melhoria ainda latente. Uma questão paralela, terceira questão inicial, mas não menos importante e não contem, lado um cinco critérios do modelo é a questão da transparência. Os cursos de AP chilenos apresentam uma transparência muito maior que os peruanos e não exigiram diligências adicionais para a busca de informação. Os sítios eletrônicos chilenos mostraram dados e informações suficientes para utilização da pontuação em critérios de análise.

Para se entrar na análise propriamente dita é fundamental se examinar as pontuações dos diferentes critérios em dois universos, nunca esquecendo que o universo peruano é formado por apenas dos cursos, o que fragiliza qualquer tipo de análise de universo. No universo chileno o critério que obteve melhor pontuação foi o critério c, relação da teoria com a prática, que obteve nota 2,5 que está na fronteira do suficiente com o levantamento suficiente. No universo peruano o mesmo critério c e o critério d, contextualização e evolução histórica, atingiram nota 2,0, sendo que este último, critério d, só atingiu este grau em função do desempenho suficiente neste critério do curso 2.

Examinando os piores desempenhos, em relação aos critérios, tem-se que no caso chileno o critério “a” foi de apenas 0,83 e no caso peruano o critério “d” foi de apenas 0,50. Estes resultados podem evidenciar algumas fontes relevantes. No caso chileno, pode-se pesar que a falta de uma disciplina integradora é a maior limitação. Na presente pesquisa foi considerado que todos os critérios possuem o mesmo peso. Caso se optasse por pesos diferentes para cada critério, em uma fase histórica de incorporação da interdisciplinaridade de forma formal, seguramente este critério receberia um peso maior do que os demais, fazendo com que a média global, dos cursos e dos critérios, fosse reduzida. Dito isto, tem-se que o baixo score deste critério pode ser preocupante, se considerado o atual momento histórico.

O pior desempenho peruano foi aquele que pretende medir a capacidade de criação de novo conhecimento a partir da interdisciplinaridade. O resto, 0,5

neste critério, critério e, foi função das pontuações absolutamente baixas dos cursos (o e 1,0). Ora, este critério que tenta evidenciar o “olhar para frente” dos cursos, mostra que o universo peruano pode estar ainda na fase da reprodução de modelos existentes.

A proposta da pesquisa e da própria matriz de análise (tabela 1 e tabela 3) não é medir a efetividade da interdisciplinaridade, pois para tanto seriam necessários outras informações, especialmente aquelas relacionadas ao desempenho laboral dos egressos dos diferentes cursos. A proposta foi quantificar, de alguma forma, o processo de incorporação da interdisciplinaridade. Não se discute, em nenhum momento, se ela é oportuna ou não. A interdisciplinaridade, em quase todos os cursos de todas as áreas, já deveria estar formalmente incorporada e funcionando. Ela é fundamental para fazer frente à complexidade crescente do mundo. Acontece que “o que não se mede não se gerencia”, logo é importante encontrar formas de aferir “quanto de interdisciplinaridade já está formalmente implantada”.

O caso chileno apresente uma vantagem em relação ao peruano, pois pode-se utilizar a empregabilidade (tabela 2), como sinalizadora para se aferir tanto os resultados chilenos (critérios de análise) como a própria arquitetura do modelo, que, neste, caso, considerou todos os critérios como o mesmo peso.

Neste sentido, observou-se que os cursos 4, 5 e 6 apresentem um índice elevado no critério empregabilidade e inserção no mercado de trabalho, que está próximo de noventa por cento. Os demais cursos 1, 2, e 3 também apresentam índices satisfatórios quanto a este critério. Esse dado é significativo, e se comparado com a matriz de análise percebe-se que o curso 4 e 6 apresenta um alto grau interdisciplinar. Porém, percebe-se que se forem comparados o grau de empregabilidade com a matriz interdisciplinar, percebe-se que o curso 5 apresenta uma pontuação baixa, em relação ao critério interdisciplinar, ainda que o mesmo apresente um grau elevado de interdisciplinaridade na matriz. O mesmo ocorre com o curso 3, que apresenta a nota mais elevada no critério de análise interdisciplinaridade, porém apresenta o grau de empregabilidade um pouco diminuto em relação aos demais.

Por último, cabe destacar que o contexto e a trajetória histórica do Chile pode, de alguma forma, justificar este resultado, teoricamente melhor, quando se utiliza o modelo de análise proposto por Oliveira et al (2018). Cabe destacar, ainda, que a diferença das pontuações medidas é muito pequena. Por outro lado, o contexto e as trajetórias históricas de Chile e Peru são muito mais significativos. Mesmo assim, pode ser interessante pontuar alguns fatos ao caso chileno que pode servir de desafio no sentido de se encontrar as interpretações mais adequadas dos valores encontrados na pesquisa.

O Chile realizou três reformas educacionais em (1965; 1981;2015). Essas alterações reorganizaram o sistema educacional, no qual, ele deixou de ser uma obrigação plena do Estado, sendo repassado em uma grande parcela para a iniciativa privada. Isso se refletiu e impactou de maneira significativa como foram organizadas as instituições e a organização do aparelho de Estado Chileno. As reformas de cunho neoliberal têm início no governo Pinochet (1973-1990), e seguem uma lógica de participação mínima do Estado, e uma presença cada vez maior dos setores privados do país. Além disso, o ano de 2003¹¹ foi significativo para o país, pois após inúmeros escândalos de corrupção que envolviam o setor público e empresas do âmbito privado. O Chile efetuou mais uma reforma administrativa que mudou os moldes da área pública no país. A mudança proposta tinha como intuito criar uma Administração Pública mais especializada e profissional, limitando a atuação de cargos comissionados de partidos políticos.

Apesar de apresentar índices elevados em termos econômicos e ser considerado o “melhor pagador” no cenário mundial, o Chile apresenta limitações no que tange ao desenvolvimento de áreas de cunho social. Existe uma concentração de renda elevada no país, e isso impacta no não fornecimento de serviços para a população. Outro fator relevante a ser considerado é o fato do país adotar o modelo de democracia representativa e ainda utilizar a constituição do período ditatorial. As reformas realizadas no Chile impactam de maneira direta ou indireta a população. O fato do país não ter elaborado uma reforma constituinte limita a participação popular do povo. Todos esses fatores, seguem o modelo de gestão top down, que tem como consequência uma participação diminuta da sociedade nos processos decisórios da Administração Pública. Com isso, ainda que os dados de cunho quantitativo indiquem o Chile como um país com grande potencial em termos econômicos na América Latina, cumpre destacar que esses mesmos índices e dados não se refletem em outras áreas para o país¹². Desta forma, cursos interdisciplinares na área da Administração Pública

¹¹ Chile cria um modelo de seleção diferenciado para os cargos públicos com intuito de diminuir o poder local dos políticos em termos de nomeação. É interessante ressaltar que as reformas no Chile, podem ter tido um efeito positivo momentaneamente, visto que o país ainda segue a carta magna elaborada pelo regime militar ditatorial, as reformas enfrentam diversas limitações ao se efetivarem em melhorias significativas para a população que usufruiu dos serviços públicos no país. (Fonte: <https://exame.abril.com.br/revista-exame/no-chile-cargo-publico-e-coisa-seria/> e <https://www.redebrasilatual.com.br/cidadania/2018/09/guaranis-kaiowa-lutam-pela-demarcacao-de-terras-em-mato-grosso-do-sul/>)

¹² No ano de 2019 o Chile apresentou uma série de manifestações populares motivadas pela insatisfação por parte da população com as reformas que o governo propôs. No início esses protestos foram motivados pelo aumento no preço da passagem de ônibus, posteriormente eles tomaram proporções maiores e as reivindicações ganharam pautas específicas como: convocação para uma nova constituinte, reformas estruturais nas áreas sociais da educação e saúde. (Fonte: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-50214126> acessado em 20 de novembro de 2019). Isso contribuiu para a tese que, mesmo com índices econômicos elevados, ainda assim, é importante que exista um sistema de proteção social nos países que assegure aos

são de suma importância, pois eles trabalham com diferentes áreas que interligadas. Eles auxiliam no processo de propor opções públicas para problemas oriundos de diferentes áreas, ciência política, economia, administração entre outras. Esses cursos têm o papel indutor de repensar as estruturas do aparelho de Estado, e podem, em tese, auxiliar no processo de consolidação do campo do setor público do país, bem como propor medidas que proporcionem uma maior participação popular da população, que siga um modelo mais adequado para o seu contexto e não apenas o paradigma top down, que muitas vezes acaba por excluir certos segmentos do processo decisório.

cidadãos direitos primordiais. Também indica que mesmo um país apresentando índices satisfatórios, quando não ocorre uma redistribuição de renda entre os demais setores e a prestação de serviços essenciais, isso afeta de maneira significativa a população e pode em longo prazo causar uma convulsão social. O Administrador (a) Público (a) durante o processo de decisório deve levar em consideração não apenas os custos, e sim efetuar uma análise qualitativa e quantitativa que mensure o impacto de determinadas reformas e ações, ao desenhar e aplicar políticas públicas e propor modelos econômicos.

8. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Resgatando o que foi discutido, inicialmente no marco teórico e confrontando os resultados encontrados na pesquisa algumas certezas e muitas dúvidas em questão ainda sem resposta podem ser utilizadas para fechar o trabalho.

O trabalho buscou fazer um recorte temporal dos principais fatores que compõem o processo de formação e consolidação dos Estados no continente Latino Americano. Esse fator é um dos pilares fundamentais para se explicar as singularidades presente na América Latina. Por meio da análise comparada entre os dois países foi possível perceber que existe uma diferença no setor público dos dois países. O Peru apresenta uma parte considerável de sua economia voltada para o turismo, e, nesse sentido, organiza alguns dos seus cursos superiores voltados para área turística. Isso foi perceptível de ser detectado quando foi feita a análise dos cursos. O Chile, diferentemente e apesar de apresentar o setor público mais diminuto, apresenta um número considerável de cursos superiores em Administração Pública. Os dois países passaram por períodos ditatoriais e autoritários longos o que comprometeu a consolidação da democracia nessas regiões, e influenciou no processo de maturação estatal, que deveria propor um modelo estadista que buscasse pensar as especificidades de cada região.

O modelo democrático representativo ainda é recente, e por isso, ainda apresenta limitações em termos de participação, controle dos processos e consolidação e efetivação de direitos sociais. Percebe-se que a América Latina, encontra-se ainda em um processo de aperfeiçoamento dos seus processos políticos administrativos e isso influi de maneira significativa em como é organizado o setor público e o Estado. Existe, ainda, outra variável: o político. Neste sentido, pode-se considerar que a maturação do Estado e do setor público, em tese, se coaduna com o próprio desenvolvimento e aperfeiçoamento da democracia, pois enquanto os serviços e bens públicos forem pensados de uma maneira linear, rígida de cima para baixo e não levarem em consideração aos

anseios do povo ocorrerá um processo de deslegitimação do setor público. Portanto, considerando todos esses fatores apresentados, além da variável política que é incontrolável, é importante que durante o processo de consolidação democrática existam instituições e setores que exerçam o controle das ações do Estado, e de seus agentes, para que assim a sociedade possa se tornar um agente ativo que não só usufruiu dos bens e serviços públicos, mas propõem melhorias para os mesmos buscando cada vez mais o seu aperfeiçoamento e qualificação.

A proposta do trabalho foi analisar a presença interdisciplinar no currículo dos cursos de Administração Pública no continente Latino Americano, substancialmente nos países, Chile e Peru. O que se buscou foi propor uma reflexão sobre se a formação dos gestores públicos é trabalhada de maneira interdisciplinar e integrada e como ela pode contribuir para a Administração Pública. Constatou-se durante o desenvolvimento da pesquisa que a interdisciplinaridade está presente nos programas universitários dos universos Chileno e Peruano, mas de forma insuficiente, sendo que o universo chileno apresenta resultados ligeiramente melhores que o peruano. A América Latina ainda enfrenta diversos problemas oriundos do seu processo histórico de formação e isso se reflete em como algumas instituições públicas foram organizadas. Portanto, uma formação interdisciplinar se torna necessária para o aperfeiçoamento dos gestores públicos que são um dos atores responsáveis por repensar novos paradigmas para um aperfeiçoamento da gestão no setor público.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBERNAZ, R O; AZEVEDO A. Pluralização Societária e os Desafios à Administração Pública na América Latina. Revista Sociedade e Estado, v 26 n. 2 mai/agos 2011.

ANDREWS, W Christina. BARIANI, Edison. Administração Pública no Brasil: Breve História Política. São Paulo: Ed UNIFESP, 2010.

ARAÚJO, Luísa. RODRIGUES, Lurdes de Maria. Modelo de Análises das Políticas Públicas. Revista: Sociologia, problemas e práticas, n.o 83, 2017, pp. 11-35.

BRASIL, Conselho Nacional de Educação. Resolução CNE/CES nº 1, de 13 de janeiro de 2014. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do curso de graduação em Administração Pública, bacharelado, e dá outras providências. Brasília, DF, 2014

COELHO, Fernando de Souza. A problemática atual do ensino de graduação em administração pública no Brasil. Cadernos EBAPE. BR, 2008 COSTA, Frederico Lustosa da;

COELHO, Fernando de Souza; NICOLINI, Alexandre Mendes. Do Auge a Retratação: Análise de um dos Estágios de Construção do Ensino de Administração Pública no Brasil (1966-1982). Revista Científica da EACH, 2013-07.

COSTA Elza Marinho Lustosa da. Nova história da administração pública brasileira: pressupostos teóricos e fontes alternativas. Rev. Adm. Pública, Rio de Janeiro, v. 50, n. 2, p. 215-236, mar./abr. 2016

CRESWELL, Jonh W.. **Projeto de Pesquisa: Métodos qualitativo, quantitativo e misto**. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2010. 296 p. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br>. Acesso em: 22 mai. 2019.

FAORO, Raimundo. Os Donos do Poder Formação do Patronato Político Brasileiro. 5a Ed., São Paulo: Globo, 2012.

Fernando Sabino et al., Eficiência, Eficácia e Efetividade na Administração Pública: Uma análise Bibliométrica sobre as Publicações em Periódicos Científicos. In: Congresso Internacional de Desempenho do Setor Público, 2.ed. 2018, Florianópolis, Avaliação de Desempenho e Gestão por Resultados, CIDESP, 2018. p. 799-819.

FONSECA, D C P; SALOMÃO C I. O sentido Histórico do Desenvolvimentismo e sua Atualidade. Revista Economia Contemporânea ., núm. esp., 2017: e 172125, p. 1-20.

GAETANI, F. A reforma do Estado no contexto latino-americano: comentários sobre alguns impasses e possíveis desdobramentos. Revista do Serviço Público, v. 49, n.2, abr-jun 1998.

GALEANO, Eduardo. As Veias Abertas da América Latina. Ed., São Paulo: LPM, 2010.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. SP: Atlas, 2002.

JAPIASSU, Hilton. Interdisciplinaridade e patologia do saber. Rio de Janeiro, Imago,

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. Ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MINISTERIO DE EDUCACIÓN CHILE. Instituciones De Educación Superior En Chile.2019<<https://www.mifuturo.cl/instituciones-de-educacion-superior-en-chile/>> Acesso em: 10 mai. 2019.

MINISTERIO DE EDUCACIÓN CHILE. Ministerio De Educación Chile. 2019 <<https://www.mineduc.cl/>> Acesso em: 15 abr. 2019

MINISTERIO DE EDUCACIÓN PERU. Ministerio De Educación Peru. 2019 <<https://www.gob.pe/minedu>> Acesso em: 15 abr. 2019

MORIN, Edgar. Os setes saberes necessários à educação do futuro. 2. ed. São

OLIVEIRA, Celmar Corrêa de. Et al., Interdisciplinaridade nos cursos de Administração Pública e Gestão Pública no Brasil: Uma Análise Conceitual. CONGRESSO INTERNACIONAL DE DESEMPENHO DO SETOR PÚBLICO, 2 ed., 2018. Santa Catarina, Anais II, CIDESP, 2018, p. 2345-2363.

PASE, Luiz Hemerson. MELO, MELO, Corbo Claudio. Políticas públicas de transferência de renda na América Latina. Rev. Adm. Pública, Rio de Janeiro, v.51 n. 2. p. ,mar.abr. 2017.

PAULA, Ana Paula Paes de. Guerreiro Ramos: Resgatando o Pensamento de um Sociólogo Crítico das Organizações. Organ. Soc., Salvador, v.14 n.40 jan./mar. 2007

Paulo: Cortez, 2011. Tradução de Catarina Eleonora F. Silva e Jeanne Sawaya.

PEREIRA, B L C; THEUER D. Um Estado novo-desenvolvimentista na América Latina. Revista Economia e Sociedade, Campinas, v. 21, Número Especial, p. 811-829, dez. 2012.

PEREIRA, Luis Carlos Bresser. Reforma gerencial e legitimação do estado social. Rev. Adm. Pública, Rio de Janeiro, v. 51, n. 1, p. 147-156, jan./fev. 2017.

Políticas públicas - Coletânea – Volume 1 Organizadores: Enrique Saravia e Elisabete Ferrarezi - Políticas públicas; coletânea / Organizadores: Enrique Saravia e Elisabete Ferrarezi. – Brasília: ENAP, 2006. 2 v. ISBN 85-256-0052-0 (Obra compl.) 1. Administração Pública. 2. Políticas Públicas. I. Saravia, Enrique. II. Ferrarezi, Elisabete. III. Título.

RAEDER, Savio. Ciclo de Políticas Públicas: uma abordagem integradora dos modelos para análise de políticas públicas. Rev: Perspectivas em Políticas Públicas. Belo Horizonte. Vol. VII, Nº 13, p. 121-146 jan/jun 2014

RAMOS, Alberto Guerreiro. A redução sociológica. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1996.

RIBEIRO, Darcy. América Latina Pátria Grande. Rio de Janeiro: Ed Guanabara, 1986.

RODRIGUES, Miguel Ângelo Vilela. Democracia vs. eficiência: como alcançar equilíbrio em tempo de crise financeira. Rev. Adm. Pública, Rio de Janeiro, v. 51 n. 1 p. 88-104, jan./fev. 2017.

SANTOS, Carlos Schuch Honorato. Et Al., Interdisciplinaridade na Administração Pública: Uma Visão Latino Amerciana. CONGRESSO INTERNACIONAL DE DESEMPENHO DO SETOR PÚBLICO, 3 ed., 2019. Santa Catarina, Anais III, CIDESP, 2019, p.

SANTOS, Laís Silveira et al. Ensino de Ética em Cursos do Campo de Públicas: uma análise a partir de Projetos Pedagógicos de Curso e das Diretrizes Curriculares Nacionais. Anais do ENANPAD, 2017. SILVA, SECCHI, L. Políticas Publicas: Conceitos, Esquemas de Análises, Casos Práticos. 2ª ed. São Paulo: Editora Cengage Learning, 2013.

SILVA, Fernando Sabino et al., Eficiência, Eficácia e Efetividade na Administração Pública: Uma análise Bibliométrica sobre as Publicações em Periódicos Científicos. In: Congresso Internacional de Desempenho do Setor Público, 2.ed. 2018, Florianópolis, Avaliação de Desempenho e Gestão por Resultados, CIDESP, 2018. p. 799-819.

WEBER, Max. A ética protestante e o “espírito” do capitalismo, tradução Antônio Flávio Pierucci. São Paulo: Companhia das Letras, 2004